Edição Porto • Ano XXX • n.º 10.931 • 1,70€ • Domingo, 29 de Março de 2020 • **Director:** Manuel Carvalho **Adjuntos:** Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro **Directora de Arte:** Sónia Matos

ILUSTRAÇÃO: MARCO NEVES FERREIRA

Filosofia
As perguntas que se fazem em tempo de pandemia

Renzo Piano
"O oposto de cidade não é o campo, é o deserto"

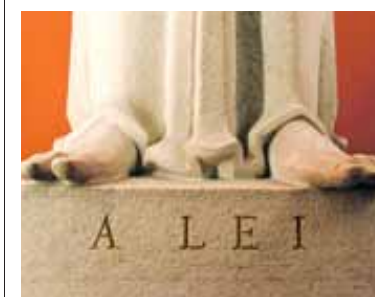
PAULO PIMENTA

A polícia controlou deslocações ao longo do dia de ontem. Aqui, um drone emite alertas na marginal do Porto

Polícias pedem justificação de viagem sem base legal

• Governo confirma omissão na legislação do estado de emergência • Francisco George diz que Hospital da Cruz Vermelha vai tratar covid-19, apesar da oposição dos médicos • "Vamos acabar por ter mutualização da dívida", afirma director de importante *think tank* europeu • A opinião de Augusto Santos Silva **Destaque, 2 a 13 e Editorial**

PCP e IL querem reduzir apoios a partidos, mas PS e PSD não

Discussão está adiada, mas os grandes partidos não querem baixar apoios **p18**

A crise parou as mudanças nas sociedades de advogados

Egos e poder alimentaram uma intensa rotação nos grande escritórios **p22/23**

Filhos de pais separados precisam de "bom senso"

Pandemia torna mais difícil cumprir responsabilidades parentais **p20/21**

UEFA admite acabar a época actual no início da próxima

Presidente do organismo afirma que adiar o Euro foi "um enorme sacrifício" **p30**

ISNN-0872-1556

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

TIAGO LOPES

Polícias pedem comprovativos sem a lei o permitir

PSP não tem forma legal de comprovar se deslocações são mesmo motivadas por trabalho. Polícia montou barreiras na Ponte 25 de Abril e no Porto continuou a monitorizar estradas

Reportagem
Ana Henriques, Daniel Dias

O carro desportivo vistoso aproxima-se da barreira policial montada à entrada da Ponte 25 de Abril, do lado de Alcântara, para dissuadir os automobilistas de ir gozar o estio de ontem às praias do lado de lá.

Desde as 14h os agentes da divisão de trânsito já ouviram de tudo um pouco. Houve mesmo quem confessasse que ia só “dar uma voltinha” à Costa da Caparica. Mas para a justificação do condutor do Peugeot desportivo ainda não estavam preparados. O homem de cara escalavrada exibe com orgulho um saco de papel que aparenta ser de farmácia. “São bolos que vou levar à minha chefe.”

É imediatamente mandado voltar para trás, como já aconteceu com dezenas de pessoas esta tarde e irá acontecer outra vez este domingo aqui e em Carcavelos, onde a polícia também montou estaminé. Abre um sorriso enigmático e dá meia volta, enquanto se despede do agente: “Olhe, obrigadíssimo.” O homem fardado desabafa num aparte: “Bolos?! Isto é ridículo. Estou a rir-me, mas é triste.”

A fila de carros já chega à Avenida de Ceuta, porque todos os carros são interceptados, um a um. Agora chega uma família brasileira, pai e mãe à frente e filha atrás. Onde vão? “Trabalhar. Ver umas coisas a Sesimbra”, retorque o homem, que mora em Queluz. A reacção do agente é rápida: “Tem uma declaração da entidade patronal?” Não tem, mas a polícia também não lha pode exigir.

Nos últimos dias têm surgido queixas nas redes sociais de pessoas a quem a PSP tem pedido comprovativos de que estão fora de casa por motivos profissionais. Ao ponto de algumas associações, como a de industriais de construção civil e obras públicas, terem colocado *online* minutas para os seus associados.

“A minuta que se disponibiliza não resulta de qualquer imposição legal. Mas atendendo aos casos que nos têm sido reportados pelas empresas, de que as forças de segurança já estarão a exigir a exibição de uma declaração de autorização de circulação, decidiu-se elaborar esta minuta por forma a evitar constrangimentos às empresas”, pode ler-se no *site* desta associação.

O Ministério da Administração Interna confirma que a legislação que regula o estado de emergência não estipulou este tipo de exigência. E ninguém na PSP assume que ela esteja a ser feita, como está de facto a acontecer. A comissária Cátia Brás, que esteve ontem a coordenar a operação de fiscalização na ponte tão-pouco. Então como podem as autoridades confirmar se determinada pessoa está a circular por razões profissionais, que são das poucas que permitem escapar à quarentena preventiva passada obrigatoriamente em casa? “Somos obrigados a confiar no que as pessoas nos dizem”, admite, depois de ter mandado para trás cerca de um quarto das muitas centenas de automobilistas que aqui passaram nesta tarde a convidar à preguiça nos areais quentes.

Multas não houve, porque a lei também não as prevê nestas situações - por mais estapafúrdias que sejam as desculpas para se estar na rua. Como as três amigas que moram juntas em Almada mas resolveram vir as três às compras a Lisboa. “Mas na Margem Sul também há supermercados”, lança-lhes um dos polícias, estupefacto.

Um condutor alerta os agentes para um carro que vinha ao seu lado há bocado, pranchas de surf no tejadilho e crianças lá dentro. “Esta gente não se preocupa. Acham que é um problema nosso e não deles”, reage outro agente. Os polícias não têm mãos a medir. De tal forma que o gel desinfectante que trouxeram consigo pouco uso teve até ao final da operação.

A poucos quilómetros daqui, no Jardim da Estrela, o guarda de serviço conta aquilo que presenciou da parte da manhã e baixa os olhos, como se tivesse vergonha alheia. “Andou por cá a passear um bocadito de gente... umas cem pessoas. Até pais com bebés nos carrinhos apareceram. A alguns ainda disse para irem para casa com as crianças”, conta Manuel Lopes Araújo. “Houve quem me olhasse de alto abaixo. A gente avisa-os, mas não se querem proteger. Será o que Deus quiser”.

Operações Stop no Porto

No Porto, também ontem a polícia monitorizou a circulação. Passam poucos minutos das 16h. Um carro da PSP encontra-se parado junto à Rotunda do Bessa, no Porto. Joaquim Rocha e José Ribeiro, da

RUI GAUDÊNCIO

Os agentes fizeram, em Lisboa e no Porto, o registo de quantas pessoas viajavam nos veículos

RUI GAUDÊNCIO

Divisão de Trânsito, ultimam os preparativos para a realização de uma operação Stop. Passam gel desinfectante pelas mãos, cobrem os rostos com uma máscara de plástico – que desce até à área do pescoço –, equipam-se com os coletes fluorescentes que trazem nos bancos de trás e saem do veículo. Durante as próximas horas, a ordem é encostar.

"Boa tarde. Qual é a razão da sua viagem?" Pergunta que, quase invariavelmente, dá início às conversas – que, na maioria dos casos, não demoram muito mais do que 30 segundos. Há quem interrompa essa questão a meio. "Vim só visitar a minha tia. Ela mora aqui perto e precisa de alguém que lhe faça as compras. Não queremos que saia para a rua se nós temos como a ajudar. Não se preocupe que eu já estou a voltar para casa", explica, com pressa, um dos condutores.

Esta gente não se preocupa. Acham que é um problema nosso e não deles

Agente da PSP

Os agentes fazem um registo de quantas pessoas viajam nos veículos e avaliam se as justificações para as diferentes deslocações que lhes são apresentadas têm o "enquadramento legal" necessário. Quem está a entrar ou sair do trabalho tem, "naturalmente", carta branca para continuar com a viagem – a mesma que recebem também os que tentam fazer compras no supermercado e reabastecer as despensas. Nestas situações – que, avançam os polícias presentes no local, "compõem a maioria" –, o aviso é simples: "Recolha rapidamente, se puder, e não faça nenhum desvio desnecessário."

Para quem tem mais de 70 anos, as opções esgotam-se com facilidade. "Só podem circular se precisarem de comprar medicamentos numa farmácia ou receber algum tipo de acompanhamento médico", assinala José Ribeiro. Para já, explica o colega, ainda não há indicações para apontar matrículas. "Pode vir a surgir essa necessidade nalgumas zonas", se as autoridades locais considerarem que é necessária "uma monitorização mais rigorosa" e fizerem chegar esse apelo à PSP. "Nesta fase, não temos entrado a matar."

Nestas operações, falta ainda acesso no momento às listas com os nomes das pessoas que, por manifestarem sintomas do novo coronavírus, devem estar em isolamento domiciliário e cumprir quarentena. A PSP garante que as comunicações com a Direcção-Geral da Saúde nesse sentido "melhoraram com o decorrer da semana". Mas há quem exija respostas mais céleres. O presidente da Câmara Municipal de Gondomar, por exemplo, garante que só ontem elas chegaram às autoridades locais.

Finalizada a verificação, os condutores avançam. Enquanto passam pelo veículo da PSP, pode ler-se o aviso: "Fique em casa. Estamos a zelar pela sua segurança."

As palavras foram ouvidas com clareza em Matosinhos. A poucos passos da praia do município, que foi interdita no início da semana, os sons do vento não precisam de competir com os das conversas regadas a boa disposição que normalmente se ouviriam numa tarde de sábado em início de Primavera. A cidade está deserta.

A partir das respectivas varandas, separadas por cinco andares, dois moradores dos blocos de apartamentos com vista para o mar lançam olhares demorados sobre as ruas vazias. Um casal aproveitou o bom tempo para fazer um passeio – mas não caminha sem respeitar um perímetro de segurança. O pai que joga futebol com o filho, perto da garagem de casa, está atento ao relógio que tem no pulso: não vai demorar a avisar que já chega de rua por hoje. Mais à frente, o rapaz que fuma um cigarro no banco de um pequeno parque parece ser o único num raio de 100 metros.

Um jovem – que preferiu não revelar o nome – caminha perto das grades que bloqueiam o acesso à areia com uma guitarra ao peito. O capuz cobre-lhe a cabeça. Enquanto toca uma progressão de acordes descontraída sem grandes pressas, lembra que passou grande parte dos primeiros dois meses deste ano encerrado em casa. Tinha sido despedido do trabalho no estrangeiro e precisou de cortar rigorosamente com as saídas. As ruas também foram deixadas ao abandono na Póvoa de Varzim. Numa operação Stop nessa cidade, um polícia explica que a Avenida dos Banhos – onde, na semana passada, imagens dos passeios com aglomerados significativos motivaram uma onda de controvérsia – está "cortada ao trânsito". Os parques de diversões não têm crianças e os passadiços estão encerrados. Há um restaurante ainda aberto. Tudo o resto: persianas corridas até ao chão.

ana.henriques@publico.pt

Detidas 69 pessoas e fechados 1500 estabelecimentos

Até ontem, tinham sido detidas pelas polícias 69 pessoas e fechados 1509 estabelecimentos. É este o balanço das acções da PSP e da GNR no apoio ao cumprimento das normas do estado de emergência.

Os números, revelados em comunicado à imprensa enviado pelo Ministério da Administração Interna, reflectem o somatório desde 22 de Março, sendo que, ontem, da parte da PSP, não houve nenhuma detenção por desobediência.

O porta-voz nacional, Nuno Carocha, avançou-o ao PÚBLICO. "Hoje já tivemos algumas detenções por álcool, etc, mas, no que diz respeito ao estado de emergência do covid-19, temos zero detenções. As pessoas têm acolhido bem as indicações e hoje não foi necessário haver essa medida", apontou.

Este fim-de-semana contou com um reforço do patrulhamento no terreno, com as forças de segurança a colocarem em marcha acções de sensibilização nas ruas e nas estradas.

A PSP, que diz estar em "empenhamento operacional total", confirma que "houve reforço do número de agentes" para este fim-de-semana. E justifica.

"Correspondemos ao apelo do ministro da Administração Interna. Temos consciência de que a altura da Páscoa leva a saídas e o tempo também não está mau. E, embora a esmagadora maioria da população esteja a corresponder às indicações dadas, sabemos que há uma minoria que pode não corresponder". **Diogo Cardoso Oliveira**

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Diário da pandemia

São João testa todos os doentes antes de serem internados
O São João, no Porto, vai começar um "rastreio sistemático" a todos os doentes que sejam internados. A decisão foi tomada para reduzir o "risco associado ao eventual contágio de doentes e profissionais por utentes eventualmente infectados".

Presidente da Cruz Vermelha quer hospital só para covid. Médicos discordam

Conselho de administração reúne-se amanhã. Francisco George diz que a unidade tem de apoiar combate à pandemia e que no início da próxima semana estará apta a receber estes doentes. Corpo clínico contesta

Ana Maia

O Hospital da Cruz Vermelha vai passar a receber apenas doentes com o novo coronavírus, a partir da próxima semana. É este o desejo e a convicção do presidente da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), Francisco George. Mas a opção não é unânime. O corpo clínico considera que o hospital "não tem condições nem estrutura física para tratar doentes covid-19 e que daria melhor resposta ao Serviço Nacional de Saúde aceitando outras doenças que neste momento estão a ter uma resposta mais limitada.

As razões dos médicos estão expressas na acta de uma reunião que se realizou na passada segunda-feira, assinada à cabeça pelo director clínico e a que o PÚBLICO teve acesso. Os profissionais referem que os elevadores não são adequados à circulação de doentes covid, que o tratamento do ar é deficiente ou inexistente, que não tem quartos de isolamento ou de pressão negativa e que não existe a possibilidade de se fazerem circuitos separados para doentes com e sem a infecção.

Salientam ainda que o laboratório está externalizado, assim como o são as equipas de limpeza do hospital. Adiantam ainda que o corpo clínico composto por médicos do quadro e prestadores a tempo inteiro tem cerca de 30 elementos. Para eles, uma parte teria de ser excluída por razões de idade ou de saúde. Deixam ainda a questão sobre o acompanhamento que será dado aos doentes que seguem nesta altura.

Na acta, os profissionais começam por lembrar que "após reflexão conjunta do corpo clínico com a administração, foi inicialmente decidido que o melhor papel para a comunidade seria manter o hospital livre de coronavírus para se concentrar no tratamento de doentes urgentes do SNS em áreas" em que têm competência reconhecida. Segundo o documento, a decisão foi contrariada com a indicação de que essa teria sido a decisão tutela, mas ao jornal *Expresso* Francisco George referiu que foi uma decisão da própria administração.

MÁRIO CRUZ/LUSA

Para os médicos, o hospital "não tem condições nem estrutura física para tratar doentes covid-19"

> **Respeito a opinião dos meus colegas, mas há um interesse maior que é a resposta à epidemia**
> **Francisco George**
> Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa

Contactado pelo PÚBLICO, o director clínico Manuel Pedro Magalhães reafirma a posição que está na acta. "Perante essas circunstâncias, e tendo em linha de conta que continuam a existir pessoas que precisam de ser operadas a problemas urológicos ou a fracturas das pernas, consideramos que devíamos ser um hospital não covid e ajudar o SNS no que fosse preciso".

Reunião amanhã

"Não estando reunidas as condições e não estando o país numa fase que tenha de ser assim [transformar o hospital numa unidade dedicada a covid], não nos pareceu fazer sentido", disse, salientando que os médicos "não se recusaram de maneira nenhuma" a tratar doentes positivos. Manuel Pedro Magalhães disse aguardar a decisão que será tomada na reunião do conselho de administração, que se realiza amanhã.

O Hospital da Cruz Vermelha tem dois accionistas. O maioritário é a CVP e a Parpública possui os restantes 45%. O primeiro tem três elementos na comissão executiva, entre eles Francisco George, que é presidente do conselho de administração não executivo do hospital. A Parpública tem dois elementos.

Ao PÚBLICO, o antigo director-geral da Saúde disse que a reunião será "uma formalidade" e que a "reunião do conselho de administração tem na sua ordem de trabalhos a aprovação" de transformar o hospital numa unidade dedicada ao covid. "Disse aos meus colegas que respeitava a opinião deles, que é naturalmente fundamentada, mas há um interesse maior que é a resposta à epidemia", afirmou Francisco George, salientando que esteve na reunião da qual saiu a acta.

"Os hospitais gerais não têm as regras ideais que teriam se fossem hospitais de doenças infecciosas. Mas este é um hospital geral com uma dimensão muito humana e não faz sentido ignorar a epidemia", afirmou. Disse que a unidade conta com 600 profissionais e 110 camas. Tem ainda sete blocos operatórios e uma unidade de cuidados intensivos com 17 camas.

Francisco George garantiu que as questões levantadas na reunião estão a ser resolvidas, como a questão do ar condicionado e o reforço das equipas. Quanto aos doentes que o Hospital da Cruz Vermelha segue, "está a ser estabelecido um acordo de cooperação com o hospital de Sant'Ana, em Carcavelos, e no contexto desse acordo serão atendidos lá".

amaia@publico.pt

Evolução dos casos confirmados em Portugal

Valores às 13h00 de 28 de Março

Fonte: DGS

Fármaco que está a ser analisado para conter a covid-19
Já se esgotou em farmácias pelo mundo fora, já se usa por cá – mas noutras patologias. Chama-se hidroxicloroquina, mas a eficácia ainda não é inequívoca. É usado há muitos anos no tratamento de pacientes com doenças reumatológicas.

80

Três hotéis de Lisboa reabriram para acolher gratuitamente 80 profissionais de saúde

***Sagres* regressa a Portugal**
O *Sagres* interrompeu a viagem de circum-navegação devido à pandemia do coronavírus e já está de regresso a Portugal. O ponto de viragem foi a Cidade do Cabo, de onde o navio partiu quinta-feira rumo a Cabo Verde, onde fará escala antes de chegar a Lisboa, previsivelmente a 10 de Maio.

Portugal contabiliza cem mortes e 5170 infectados

Ana Maia

As infecções pelo novo coronavírus já mataram 100 pessoas em Portugal, um acréscimo de 24 óbitos em relação a sexta-feira. De acordo com o boletim da Direcção-Geral da Saúde, emitido ontem, o país conta com 5170 casos positivos, de um total de 32.754 casos suspeitos registados desde o dia 2 de Março. Mantém-se o número de doentes recuperados: 43.

"Temos mais 902 casos positivos do que ontem [sexta-feira], o que corresponde a um crescimento de 21% de casos confirmados", afirmou a ministra da Saúde na conferência de imprensa deste sábado. No balanço que fez, Marta Temido destacou que a taxa de letalidade total é de 1,9%, mas, "atendendo à faixa etária em que estes óbitos se localizam, sobretudo nos maiores de 70 anos, temos uma taxa de letalidade que é de 7,9%". Do total de mortes registadas, 79 referem-se a pessoas com mais de 70 anos. E destas, 58 tinham mais de 80 anos. É nos homens que se regista a maior mortalidade.

De acordo com o relatório, estavam ontem internados 418 pacientes, dos quais 89 estão em unidades de cuidados intensivos (mais 18 do que no dia anterior). "Mantemos cerca de 89% dos casos confirmados em domicílio", salientou a ministra, que explicou que o boletim deixou de ter o registo de casos estrangeiros, por estes terem sido encaminhados para as suas regiões.

O Norte continuava ontem a ser a região do país com mais casos confirmados: 3035, o que representa um aumento de 592 positivos em 24 horas (mais 24,2%). Segue-se a região de Lisboa e Vale do Tejo, com 1287 casos (mais 177, o que representa um acréscimo de 15,9%). A região Centro contava com 647 casos positivos (mais 127, o que significa uma subida de 24,4%). O Algarve tinha 106 casos, mais sete do que no dia anterior e o Alentejo com 34 doentes confirmados, teve um acréscimo de quatro caso positivos nas últimas 24 horas.

A Madeira e os Açores são as duas regiões do país com menos casos confirmados: 31 e 30, respectivamente. O que representa um aumento de dez casos na Madeira e seis nos Açores em relação a sexta-feira. Nos arquipélagos não se registam mortes, assim como no Alentejo. O Algarve mantém um óbito registado.

Foi nas regiões do Norte e Centro que o número de mortes mais cresceu nas últimas 24 horas. Na primeira, um aumento de 11, passando agora a registar 44 óbitos, e na segunda um aumento de dez, para 28 mortes. Lisboa e Vale do Tejo tem agora 27 óbitos contabilizados, mais três do que no dia anterior.

Quanto à caracterização demográfica dos casos confirmados, Lisboa era ontem o concelho com mais casos positivos: 366 (na véspera estavam registados 284). Segue-se o Porto, com 343, Vila Nova de Gaia, com 262 (informação reportada pela administração regional de saúde, assinala o relatório), Maia, com 219, e Matosinhos, com 189 casos confirmados. Logo abaixo estão os concelhos de Gondomar e Braga, com 153 e 152 casos, respectivamente.

"Mantemos cerca de 89% dos casos confirmados em domicílio", disse ontem a ministra da Saúde

Os autarcas e a Protecção Civil da região pediram mão mais dura para assegurar que a população cumpre as medidas impostas pelas autoridades de saúde e pelo Governo, de limitação de circulação e de isolamento social. Marta Temido explicou que, de acordo com os dados de que dispõem, "a incidência máxima da infecção foi adiada para o final de Maio".

amaia@publico.pt

DIÁRIO DA QUARENTENA, 12

"Subestimei o poder deste vírus"

Márcia Rola

Lembro-me de há cerca de dois meses estar sentada a almoçar numa confeitaria que fica porta com porta com o meu cartório e estar a acompanhar o *Jornal da Tarde*. Nesse dia, algures em meados do mês de Janeiro, as notícias davam conta da propagação da covid-19 na China. O cenário era bastante assustador, mas, talvez ingenuamente, sentia que o vírus não chegaria ao meu pequeno e pacato país. Terminei o meu almoço e regressei tranquilamente ao trabalho.

Sou notária em Vila Nova de Gaia e a minha actividade profissional, para aqueles que não estejam familiarizados com a profissão, consiste, resumidamente, em adequar a vontade negocial das partes num negócio ao nosso ordenamento jurídico. Faço escrituras, procurações, reconhecimento de assinaturas, autenticação de documentos, entre outros. Um mês se passou e em Fevereiro as notícias que chegavam de Itália não eram animadoras. O número de infectados aumentava de dia para dia, a um ritmo alucinante. Agora, era claro para mim – o vírus chegaria a Portugal. Era uma questão de dias. Apesar disso, pensava eu, as notícias estavam a provocar o alarme social e tudo me parecia um exagero. O tempo foi passando e os factos foram-me provando o contrário - que eu subestimei o poder deste vírus.

A confirmação inequívoca aconteceu na segunda semana de Março, com o fecho das escolas. Os meus filhos estão em casa desde o dia 16 de Março e o meu marido também, por determinação da sua entidade patronal.

Um notário trabalha em contacto estreito com o público. A grande maioria dos actos tem de ser feita na presença dos intervenientes. Assim o exige a fé pública que conferimos aos actos. Daí advém também a nossa importância na prevenção dos litígios. Por aqui, já se podem antever os problemas que este vírus nos tem colocado. No dia 10 de Março, tomei a decisão de começar a trabalhar à porta fechada, limitando a presença na recepção a uma pessoa de cada vez. As pessoas começaram a aguardar a sua vez no exterior do cartório. Toda a documentação para instruir escrituras e demais actos passou a ser enviada por correio electrónico e os originais a serem posteriormente validados, na presença dos intervenientes. A higienização do cartório passou a obedecer a critérios rígidos. A desinfecção de maçanetas, interruptores, balcões, canetas, teclados, cadeiras, mesas, terminal de pagamento, telefones, começou a ser feita várias vezes ao dia. Lavagem das mãos vezes sem conta, utilização de máscara nos últimos dias. Julgo que, neste momento, pelas notícias que me vão chegando, a maioria dos cartórios estará a trabalhar desta forma.

Um notário trabalha em contacto estreito com o público. A grande maioria dos actos tem de ser feita na presença dos intervenientes

No meu caso concreto, encerrei o cartório no dia 19 de Março. Resido no concelho de Ovar, onde foi decretado o estado de calamidade no dia 17 de Março, facto que me impede de me deslocar para o meu local de trabalho. Assim vou continuar até que o estado de calamidade termine. O impacto que esta medida terá na minha vida, na vida da minha família e também das minhas colaboradoras ainda não estou em condições de avaliar. Mas os tempos que se avizinham não serão fáceis, com toda a certeza. Farei o que estiver ao meu alcance para manter os postos de trabalho e continuar a honrar a minha profissão.

De qualquer forma, os notários continuam a assegurar a realização dos actos urgentes. Esta urgência terá de ser devidamente fundamentada. Os testamentos e escrituras em caso de morte iminente são considerados actos urgentes. Mas outras situações poderão ser consideradas urgentes – uma habilitação de herdeiros para desbloquear contas bancárias é apenas um exemplo.

Sei que, neste momento, a Ordem dos Notários tem em cima da mesa diversas propostas para a desmaterialização de alguns atos, nomeadamente de contratos como o contrato de arrendamento e contrato-promessa de compra e venda. A ideia é implementar a celebração destes contratos à distância. Esta medida facilitaria muito a vida das pessoas, sobretudo numa altura como a que vivemos. Os notários portugueses estão cá para isso!

Notária de Ovar

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Lisboa reforça distribuição diária de refeições quentes
A Câmara de Lisboa anunciou o reforço da resposta social, com a distribuição de 1000 refeições por dia, confeccionadas pelas escolas e pela Santa Casa da Misericórdia. A distribuição suplementar de 1000 refeições quentes por dia arrancou ontem.

Pescadores exigem suspensão da actividade e pedem apoios
O presidente da Associação de Pescadores do Rio Minho e do Mar defendeu ontem que o Governo deve "decretar" o "fim da pesca local", por ser um veículo de transmissão da doença covid-19, e definir medidas "compensatórias"

Miguel Maravalhas saiu em liberdade quando na cadeia se espalhou o pânico

"Vamos ficar aqui todos fechados. Vai 'virar' o pânico nesta cadeia", diz um recluso

As directivas da Direcção-Geral da Saúde e o plano de contingência para o sistema prisional não tranquilizam os reclusos. Serviços Prisionais garantem que não há nenhum caso positivo nas prisões

Ana Dias Cordeiro

Depois de cumprir uma pena de cinco anos e meio, Miguel Silva Maravalhas saiu na altura certa – quando o medo de um contágio pelo covid-19 começou a invadir a prisão de Santa Cruz do Bispo, onde esteve, e as restantes cadeias do país.

No dia em que foi libertado – 15 de Março – já há mais de um mês que tinha sido divulgado um plano de contingência para o sistema prisional, de forma a evitar o contágio pelo novo coronavírus. Estava-se na fase de contenção. A partir de 9 de Março, foram proibidas as visitas nos estabelecimentos prisionais do Norte e reduzidas as visitas nas restantes.

Uma semana depois, as visitas foram sendo gradualmente suspensas, até a suspensão se alargar a todas as cadeias, bem como aos centros educativos, onde estão a cumprir medidas tutelares educativas jovens que cometeram actos considerados crimes entre os 12 e os 16 anos.

Miguel Maravalhas reconhece que "eles" – os responsáveis – "estavam a tentar organizar aquilo da melhor maneira". Por exemplo com a quarentena de 14 dias imposta aos reclusos que voltavam à cadeia depois de saídas precárias a casa (saídas jurisdicionais aprovadas nalguns casos em que o recluso já tenha ultrapassado uma determinada fase da pena com bom comportamento).

Como explicou a Direcção-Geral da Reinserção e dos Serviços Prisionais (DGRSP) por *e-mail*, para dar garantias, esse isolamento de duas semanas é também aplicado "com o devido acompanhamento clínico" nos pavilhões reservados para os novos presos e colocados junto a algumas prisões.

Os Serviços Prisionais e o Ministério da Justiça continuam a assegurar que foram feitos testes e que "não existe qualquer caso positivo" em estabelecimento prisional ou educativo, até ao momento em que foi enviada a resposta, na tarde desta sexta-feira. Mas não esclarece quantos reclusos foram submetidos a essas análises de despistagem do novo coronavírus.

Foram criadas duas enfermarias de retaguarda, uma no Estabelecimento Prisional do Porto e outra em Caxias, Oeiras

No entanto, do terreno chegam relatos muito diferentes e rumores de um ou outro caso positivo. Neste sábado, por exemplo, circulava a informação de que uma auxiliar de acção médica do Hospital Prisional São João de Deus, em Caxias, estaria infectada, o que o PÚBLICO não conseguiu confirmar junto das autoridades.

"Pânico na cadeia"

Num vídeo gravado numa prisão não identificada, um preso de cara tapada também diz para a câmara: "Temos um caso confirmado de coronavírus", depois de se apresentar – "daqui um recluso, um de muitos" – e antes de se insurgir. "A única coisa que nos dizem é que, se houver um caso confirmado, são 14 dias de isolamento. Vamos ficar aqui todos fechados. Vai 'virar' o pânico nesta cadeia."

E denuncia: "Não há higiene, desinfecção, nada. Estamos em isolamento na nossa cela por iniciativa própria." Mostra-se revoltado com "a falta de atenção do Estado para com os presos". Eleva a voz trémula. "Sabemos que entrámos nesta cadeia saudáveis. E agora?"

"Há razão para ter medo", diz Miguel Maravalhas, que já está fora, mas compreende o pânico de quem está fechado. A não ser o cuidado por ele testemunhado com a aplicação da quarentena de quem entra pela primeira vez na prisão ou de quem beneficiou temporariamente de uma saída precária, diz que quase tudo torna mais real a ameaça de um contágio.

As aulas e outras actividades foram também suspensas. Mas guardas, educadores, técnicos de reinserção, e funcionários da cozinha e de depar-

Fundação Sporting dá almoço e apoio médico aos sem-abrigo
A Fundação Sporting vai oferecer hoje um almoço à comunidade dos sem-abrigo, numa iniciativa em que também alguns médicos irão medir a febre e monitorizar as pessoas presentes, devido à pandemia de covid-19, anunciou ontem o clube.

10

O Lar de Idosos da Misericórdia de Foz Côa realizou testes, tendo-se confirmado dez casos positivos, indicou o provedor

Teste a bebé de mãe infectada em Lisboa deu negativo
O primeiro teste feito ao bebé de uma mulher infectada com coronavírus, nascido na sexta-feira na Maternidade Alfredo da Costa (MAC), em Lisboa, deu negativo, disse ontem à agênc ia Lusa uma fonte do hospital.

Há 764 profissionais de saúde registados como infectados
Há 764 profissionais de saúde infectados. Sobre os que estão em quarenta, Graça Freitas não apontou dados, já que os primeiros casos detectados como positivos em profissionais de saúde podem ter tido depois dois resultados negativos.

PAULO RICCA

tamentos das prisões mantiveram a sua rotina de entradas e saídas. "As doutoras, técnicos, guardas e restantes trabalhadores, civis. Não há forma de saber se essas pessoas estavam ou não infectadas", relata.

Para o bem de todos

Foi a partir daí que as pessoas começaram a ficar revoltadas, recorda. "Esses contactos mantinham-se quando já não podíamos receber visitas. Era para o bem de todos. Mas então por que motivo não fizeram nada para limitar os outros contactos?"

Enquanto lá esteve, pelo menos, a limpeza continuou a ser feita da mesma maneira: a prisão disponibiliza sabão e lixívia, para a lavagem das celas pelos reclusos que têm que comprar no bar os restantes produtos de limpeza. "A prisão dá um sabonete, uma pasta e escova de dentes, duas gillettes azuis de barbear de 15 em 15 dias, mas só aos presos que não recebem visitas. Só quem não tem ninguém."

A penúria é generalizada. E quando um problema é resolvido, surgem outros. Em Dezembro do ano passado, a enfermaria teve de ser encerrada, porque não havia espaço para todos os doentes e não havia condições de higiene. Fecharam a enfermaria e todos foram transferidos para o espaço mais amplo que era, até então, a Unidade Livre de Drogas que deixou, assim, de existir, conta Miguel.

Garantias dos serviços

Para dar resposta de "internamento de reclusos que eventualmente venham a ter resultado positivo nos testes, foram criadas duas enfermarias de retaguarda, uma no Estabelecimento Prisional do Porto e outra no Hospital Prisional de São João de Deus, em Caxias", informa a DGRSP. Além disso, tem disponíveis "os pavilhões de segurança do Estabelecimento Prisional do Linhó e do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira para o caso de necessidade".

Mas não convence: "Bastaria um caso positivo para contaminar alas inteiras ou pavilhões", diz Miguel, repetindo o que ouviu dentro da prisão. O problema, continua, é "o antes de estar contaminado, o não ter sintomas, o poder contagiar" de forma silenciosa. "Isso não está a ser prevenido."

Os Serviços Prisionais dizem-se, no entanto, preparados; por exemplo, através da coordenação com a Protecção Civil e as Forças Armadas, que poderão disponibilizar mais tendas, "caso venham a tornar-se necessárias", além das que já cederam e que estão instaladas no Hospital Prisional de São João de Deus, em Caxias. Garantem, por outro lado, que tomaram outras precauções: os horários das rotinas diárias foram reajustados para "procurar separar dos restantes reclusos, o mais possível, as pessoas que a Direcção-Geral da Saúde considera mais vulneráveis" – pessoas com idade superior a 60 anos, com imunossupressão ou doença crónica, como doença respiratória, hipertensão e diabetes.

Em Dezembro de 2018, de acordo com as estatísticas oficiais disponíveis no *site*, havia 12.039 presos e 830 tinham mais de 60 anos.

acordeiro@publico.pt

Director-Geral das prisões admite libertação de reclusos vulneráveis

Ana Dias Cordeiro

O director-geral da Reinserção e dos Serviços Prisionais Rómulo Mateus defendeu "medida de higiene e de saúde pública"

O director-geral da Reinserção e dos Serviços Prisionais, Rómulo Mateus, sob a tutela do ministério da Justiça, é o primeiro representante do Estado a admitir a libertação de reclusos que estejam a pouco tempo de cumprir a pena de prisão e num regime em que já estão a beneficiar de saídas precárias regulares, para reduzir a pressão nas cadeias e prevenir um contágio em larga escala.

"Uma medida dessas é sempre de boa gestão profiláctica nos espaços prisionais. É uma medida de higiene e de saúde pública prisionais. Uma medida dessas protege a comunidade", ao proteger os funcionários das cadeias, como guardas e técnicos de reinserção. Esta medida não se destina a proteger os reclusos", afirmou numa entrevista à SIC.

O Governo não se pronunciou nem deu qualquer sinal que o ia fazer. Contactados na quinta-feira, os gabinetes do primeiro-ministro, da ministra da Justiça, da ministra da presidência do Conselho de Ministros e o ministério dos Assuntos Parlamentares, não responderam a perguntas do PÚBLICO sobre a possibilidade de estar a ser estudado um regime para reduzir o número de mais de 12 mil presos nas 49 cadeias portuguesas.

Fonte do ministério da Justiça disse que "para já nada está em cima da mesa". A haver alguma medida excepcional para libertar reclusos a poucos meses de cumprirem a pena ou autores de crimes cujas penas poderiam ser cumpridas em casa com pulseira electrónica, teria de ser através de uma iniciativa legislativa, proposta pelo Governo ou pela Assembleia.

Medidas desse tipo estão a ser aplicadas ou equacionadas noutros países, incluindo países europeus, para evitar sobrecarregar o sistema prisional em plena epidemia da covid-19. Na semana passada, a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, apelou à libertação de presos políticos em vários países mas também presos de delito comum em situação mais débil por motivo de doença ou idade avançada.

Em Portugal, o presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses (ASJP), Manuel Ramos Soares posiciona-se a favor de uma iniciativa desse tipo, que considera urgente. O magistrado põe a tónica na protecção do recluso mais vulnerável. E identifica duas situações: "As prisões estão cheias de pessoas com tuberculose e toxicodependências de mais de 20 anos."

Em Portugal, defende Manuel Ramos Soares, a emergência justificaria que o Governo abrisse excepções para presos em situação de poder cumprir a pena em casa com pulseira electrónica ou quase a terminar o cumprimento da pena.

"Teria de haver uma lei de emergência a vigorar durante um determinado período de tempo", diz. Depois de legisladas essas medidas, que envolveriam os tribunais de execução de penas, haveria necessidade de avaliar caso a caso para abranger pessoas com uma avaliação positiva do percurso e da vivência na prisão e "excluir os autores de crimes em que esteja em causa grande violência física e sexual", acrescenta ao PÚBLICO.

"Cada dia que passa é um dia a mais que se perde. Se o Governo se prepara para alguma iniciativa tem que ser já", sentencia.

acordeiro@publico.pt

12 mil

é o número de presos nas 49 cadeias portuguesas

RODRIGO ANTUNES/LUSA

Rómulo Mateus diz que a medida protege a comunidade

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

"Vamos acabar por ter uma mutualização da dívida, à medida que a crise se agrava"

Guntram Wolff Director do *think tank* europeu Bruegel defende emissão de dívida conjunta de pelo menos um bilião de euros. E diz que é uma questão de tempo até que isto aconteça

Entrevista
Sérgio Aníbal

O economista alemão, neste momento a dirigir um dos mais influentes *think tanks* (grupos de reflexão) de Bruxelas, acredita que uma acção conjunta mais decidida da zona euro apenas não aconteceu ainda porque a crise provocada pelo coronavírus não se está a fazer sentir da mesma forma em todos os países. A sua solução passa pela emissão de dívida conjunta a muito longo prazo, com os juros a serem pagos de acordo com o peso que cada economia tem na zona euro. Uma mutualização do risco que permitiria a todos os países gastar o que é preciso para evitar uma crise ainda mais profunda. No caso de Portugal, avisa Guntram Wolff, "se não se gastar dinheiro agora, o peso da dívida acabará por ficar muito maior".

Parece que voltámos, na última cimeira de líderes, ao mesmo tipo de discussões que dominaram a crise anterior. Isso surpreende-o?

Não sei se me surpreende. A questão fundamental é que agora estamos perante um choque que é simétrico, em que somos todos afectados da mesma forma. É verdade que alguns países estão numa fase mais adiantada do que outros no que diz respeito à epidemia, mas muito brevemente todos serão afectados de forma muito pesada. E, portanto, beneficiaríamos muito se conseguíssemos colocar em prática uma resposta conjunta e determinada.

Mas ainda não se conseguiu avançar nesse sentido. Porquê?

Porque, evidentemente, ainda não somos uma verdadeira união política, não somos uma federação. Mas também, em certa medida, porque a epidemia ainda não avançou da mesma forma em todo o lado. E, por isso, estamos neste período complicado, em que é preciso tempo para criar as condições para o consenso.

Foram dadas duas semanas ao Eurogrupo para fazer propostas. Não é demasiado tempo sem uma solução?

É preciso criar as condições para o consenso. E, nesse sentido, ter um adiamento de duas semanas provavelmente não é uma coisa má, porque estes são passos muito significativos que precisam de ser dados. Eu acredito que esses passos vão acabar por ser dados, mas apenas à medida que a crise se torne mais grave.

E, em duas semanas, o que é que é possível esperar?

Os economistas como eu não são muito bons a fazer previsões de decisões políticas. O que eu, como economista, gostava de ver era uma solução em que emitíssemos dívida de forma conjunta, partilhando deste modo o risco da taxa de juro e o risco de incumprimento (*default*). A dívida emitida seria de muito longo prazo e, assim que chegasse ao seu fim, seria emitida outra vez. O capital não era amortizado, apenas se pagariam juros. Era o que gostaria de ver.

E como é que se pagariam os juros?

Quem iria pagar os juros seriam todos os contribuintes da zona euro. Não pode ser uma situação em que só alguns países paguem juros por essa dívida. E, para que isto possa ser feito, precisamos de ter uma agência de gestão da dívida europeia e uma regra clara sobre como é que o custo desta nova dívida vai ser distribuído através da zona euro. Uma solução óbvia é distribuir os custos do pagamento de juros por todos os países da zona euro.

Como as contribuições para o orçamento da União Europeia?

As contribuições para o orçamento da UE já são uma grande confusão, com tantas isenções e excepções. Eu usaria a chave de capital do Banco Central Europeu (BCE). Faria uma emissão conjunta de dívida a muito longo prazo, fosse através do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), fosse através de uma nova agência (o MEE é a solução natural para isto, mas os seus estatutos teriam de ser alterados), o dinheiro seria distribuído por todos os países da zona euro de acordo com a participação de cada um no capital do BCE. E, depois, todos os países do euro pagariam juros por essa dívida. Seria um grande passo e realmente mutualizaria o risco da taxa de juro, com os países que têm *spreads* mais altos a beneficiarem de taxas de juro bem mais favoráveis. E convém lembrar que até reduziria o valor médio das taxas de juro. Juntos seríamos mais fortes do que individualmente. Teria ainda mais uma vantagem: estar-se-ia a criar um instrumento europeu de grande dimensão nos mercados de capitais, que o BCE também poderia comprar e deter. E, dessa forma,

MIGUEL MANSO

poderíamos dizer que este era um crédito de muito longo prazo, que não se esperaria amortizar e que iria sendo sucessivamente renovado, com o BCE a garantir sempre que há mercado para estes títulos.

Manter a chave de capital como referência é fundamental...

É preciso manter essa proporção. Se se vai além da chave de capital, se se tenta uma solução do tipo – para dar um exemplo extremo – em que se financia a Itália em 300 mil milhões de euros, mas depois a Itália só paga juros correspondentes a 150 mil milhões, isso nunca vai conseguir ser aceite por todos. É impossível, porque significaria uma transferência muito grande entre países, para a qual não me parece que estejamos prontos politicamente. O passo de mutualizar o risco da taxa de juro e de incumprimento já seria muito importante.

E que montantes é que teriam de estar em causa? Na solução em discussão actualmente no Eurogrupo, aponta-se para 2% do PIB de cada país...

Isso é muito pouco, 2% do PIB não chegaria. Teríamos de chegar a um valor talvez de um bilião (milhão de milhões) de euros, que corresponde aproximadamente a 8% do PIB da zona euro. Seria um valor significativo, seria bastante útil para todos os países envolvidos e daria ao BCE, de forma imediata, um activo que poderia comprar. Metade da emissão poderia ficar no balanço do BCE, a outra metade estaria nos mercados a taxas de juro muito baixas. Seria um grande passo e uma grande melhoria para a zona euro. Um valor equivalente a 2% não traria qualquer vantagem. Se dermos 2% do seu PIB à Itália, muito pouca diferença faria. Esse tipo de montante, a Itália pode ela própria ir buscar aos mercados.

O BCE tem conseguido, nos últimos dias, trazer as taxas de juro da dívida de todos os países da zona euro para baixo. Não acaba por estar a dar argumentos aos que dizem que nenhum Estado da zona euro tem dificuldades em recorrer aos mercados, portanto não é preciso ajuda?

> **“É melhor Portugal gastar dinheiro agora do que não o gastar. Porque, se não gastar agora, perde-se uma enorme capacidade produtiva, já que as empresas vão entrar em falência e, quando a epidemia acabar, não vão poder ajudar na retoma**
>
> **Provavelmente não nas próximas duas semanas, mas, com o tempo, vamos acabar por ter uma solução de mutualização da dívida**
>
> **O que gostaria de ver era dívida emitida, de muito longo prazo, e, assim que chegasse ao seu fim, seria emitida outra vez. O capital não era amortizado, apenas se pagariam juros**

É verdade: enquanto o BCE estiver activo nos mercados e a fazer aquilo que está a fazer, não há realmente grandes problemas. O problema é que o BCE só pode continuar a fazer isto se tiver o apoio político para tal. E, num cenário provável de aprofundamento da crise, com grande necessidade de financiamento por parte dos países, seja de um bilião ou de dois biliões de euros, o BCE será colocado sob pressão. Se for preciso recorrer a este tipo de montantes e estivermos apenas dependentes do banco central, vamos assistir a processos colocados em tribunal, teremos uma maior pressão política e o BCE vai ser colocado perante limites àquilo que consegue fazer. Para além disso, estaríamos a perder a oportunidade de criar um instrumento de capital importante na zona euro. E seria um cenário muito abaixo do ideal porque a soma das taxas de juro individuais seria muito maior do que a taxa de juro de uma emissão conjunta. Precisamos realmente de ter um tesouro da zona euro, que seja a contraparte ao BCE do lado orçamental. É um passo muito importante, e que por isso necessita do apoio político de toda a gente. É algo que acontece em qualquer Governo federal, seja nos EUA, seja dentro da Alemanha, por exemplo.

Acha que, tendo em conta as posições actuais, a concretização de uma ideia deste tipo é realista?

Eu acredito que algo semelhante acabará por ser feito. Provavelmente não nas próximas duas semanas, mas, com o tempo, vamos acabar por ter uma solução de mutualização da dívida, à medida que a crise se for agravando.

Para uma segunda fase da crise, fala-se já de um género de um “novo Plano Marshall” para a economia europeia. Como é que isso poderia ser feito?

É fundamental pensar-se em algo desse género. E também aqui teria de ser financiado conjuntamente, talvez usando uma parte ou reforçando a emissão de dívida de um bilião de que falava. Depois seria preciso um debate alargado na sociedade sobre como gastar esse dinheiro e sobre que tipo de recuperação é que queremos ter. Queremos, nessa segunda fase, apoiar uma recuperação generalizada da economia ou queremos dar apoios mais direccionados, em que se apoiam determinados sectores? Por exemplo, pode-se querer atingir determinados objectivos verdes, objectivos de igualdade ou objectivos digitais. Para mim, estes devem ser elementos importantes numa recuperação e devem ser alvo de uma discussão na sociedade. Por exemplo, se se apostar no investimento em infra-estruturas de transporte, vão-se apoiar todos os tipos de transporte, ou apoiam-se unicamente as linhas ferroviárias e não se apoiam as auto-estradas e os aeroportos? É uma decisão política, mas eu, como cidadão, gostaria que a recuperação fosse verde e digital.

Em relação a Portugal, com a dívida ainda tão alta, é prudente o Estado começar agora a gastar tanto?

É melhor Portugal gastar dinheiro agora do que não o gastar. Porque, se não gastar agora, perde-se uma enorme capacidade produtiva, já que as empresas vão entrar em falência e, quando a epidemia acabar, não vão poder ajudar na retoma. Nesse caso, estar-se-ia perante uma recessão mais prolongada, e o resultado seria, nas finanças públicas, uma subida ainda maior do rácio da dívida no PIB. O peso da dívida acabaria por ficar ainda maior se não se gastar agora dinheiro. Além disso, os custos de financiamento de Portugal actualmente são baixos o suficiente e é preciso apoiar as empresas e as famílias para que a capacidade produtiva de longo prazo possa ser mantida.

E se as taxas de juro começarem a subir?

Se as taxas de juro subirem em toda a zona euro, é porque a inflação já está a crescer, a produtividade está a aumentar e as receitas fiscais também crescem. O problema é se os *spreads* da dívida portuguesa se alargam. Esses têm de ser contidos na zona euro com a emissão de dívida conjunta.

sergio.anibal@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Apoiar com critério

Opinião
Augusto Santos Silva

O apoio ao regresso de cidadãos nacionais retidos em várias partes do mundo pelas consequências da pandemia de covid-19 sobre os transportes internacionais é uma missão essencial das autoridades públicas, em toda a União Europeia. Isso mesmo sublinhou, na passada quinta-feira, o Conselho Europeu. E já antes, a 23 de março, havia sido um dos temas fundamentais da reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros.

Aí, verificou-se um consenso claro em redor de vários pontos. O primeiro é, naturalmente, a obrigação de prestação de apoio consular a qualquer cidadão que se encontre, por qualquer razão, no estrangeiro, assegurando-lhe informação, acompanhamento e auxílio. O segundo é a concessão de prioridade no apoio aos viajantes ocasionais (por turismo ou outras razões) e aos trabalhadores temporários não residentes. O terceiro é uma atenção específica à situação dos estudantes do Programa Erasmus. O quarto é a concertação de esforços entre os Estados-membros, para que eventuais operações de repatriamento sejam mais rápidas e com melhor relação custo-benefício. E o último ponto é a comparticipação dos beneficiários nos custos incorridos.

A orientação nacional integra-se plenamente neste quadro europeu. A primeira preocupação foi com o retorno de turistas e outros viajantes retidos em mais de 90 países. As circunstâncias eram muito diferentes e, por isso, foram diversas as respostas. Aqui, como em Marrocos, foi possível organizar voos antes mesmo da suspensão das ligações. Ali, como na Tunísia, no Irão ou na Ucrânia, foram suficientes as alterações de itinerário e operador. Acolá, como na Argélia, os interessados cuidaram de organizar voos alternativos, e a missão das embaixadas foi garantir as autorizações indispensáveis. Noutros casos, foi necessária a montagem de operações europeias – Portugal lidera uma, no Peru, e beneficia de várias. Noutros casos ainda, a cooperação foi bilateral, por exemplo com a Polónia, para repatriamento recíproco, e com a Espanha, em relação à Venezuela ou ao Senegal. E restam situações por resolver, designadamente na América Latina, na Ásia e na Oceânia, confiando nós que os planos que pusemos em marcha e o reforço agora decidido para as operações europeias ajudem a soluções eficazes e tempestivas. A regra de ouro é juntar esforços: como Portugal tem facilitado o repatriamento de nacionais terceiros aos seus países de origem, também os nossos cidadãos beneficiarão de operações geridas por parceiros europeus para regressarem ao território nacional.

Os estudantes Erasmus têm sido contactados sistematicamente e, quando é necessário garantir apoio de natureza social, as escolas de origem têm contribuído significativamente. Estando a mobilidade interna na Europa em geral garantida, a preocupação principal é com aqueles que se encontram noutras partes do mundo.

Aos residentes portugueses no estrangeiro, a mensagem é que cumpram escrupulosamente as determinações das autoridades locais de saúde e proteção civil. É a melhor maneira de se protegerem e protegerem os outros. Mas, à medida que os efeitos económicos da pandemia se tornarem mais visíveis, a falta de trabalho induzirá situações de carência e necessidade a que será preciso acudir. Em relação aos expatriados, trabalhamos já com as respetivas empresas na procura de soluções de retorno (por exemplo, da Argélia ou de Angola). Em relação a emigrantes propriamente ditos, vamos montar um programa específico de apoio social a ser gerido localmente, pela rede externa.

MIGUEL MANSO

> **À data de ontem, dos quatro milhares de apoios pedidos por viajantes retidos e estudantes, conseguimos já ajudar a resolver a situação de 1600**

Mantém-se a livre circulação no interior da União Europeia, com restrições apenas de natureza sanitária, mas foram suspensas as ligações com países terceiros. Adaptámos essa decisão à nossa circunstância, excetuando as ligações com os países de língua portuguesa e outros de forte presença comunitária. E essa tem sido outra frente de trabalho: apoiar a realização de voos comerciais para Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, de modo não só a permitir o regresso de viajantes como para assegurar deslocações por motivos médicos, profissionais ou familiares. No caso específico de Timor-Leste, que não beneficia de voos operados pela companhia aérea nacional, planeamos uma solução *ad hoc*.

A gestão deste processo complexo (haveria, segundo a associação do setor, 30 mil turistas portugueses no mundo quando eclodiu este fecho de fronteiras e ligações) só é possível com a consciência de que ninguém consegue resolver sozinho os problemas de toda a gente em todo o lado, ainda por cima quando se sucedem as restrições ao tráfego internacional. Mas, juntos, podemos resolver muito, senão quase tudo. À data de ontem, dos quatro milhares de apoios pedidos por viajantes retidos e estudantes, conseguimos já ajudar a resolver a situação de 1600.

Quero, por isso, agradecer, em primeiro lugar, a paciência dos que, tantas vezes surpreendidos por dificuldades inesperadas em pontos distantes, compreendem a complexidade das coisas e colaboram na concretização de soluções, com evidentes sacrifícios pessoais. Agradeço também àqueles que, com alertas e críticas, nos chamam a atenção para problemas às vezes ainda desconhecidos. Agradeço às autoridades dos países terceiros, começando pelos PALOP, que têm sido inexcedíveis na concessão das autorizações devidas. Agradeço a colaboração dos operadores, das companhias aéreas às agências de viagens. Louvo o enorme esforço dos funcionários dos serviços centrais e da rede diplomática e consular portuguesa, nestes dias sem descanso e sob grande pressão. E, já agora, na impossibilidade de o fazer individualmente, agradeço, em nome de todos os meus colaboradores, as mensagens de gratidão que temos recebido daqueles que acham que a nossa intervenção lhes foi útil.

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Dada a dificuldade em identificar e confirmar o conjunto de casos de covid-19, o número real de casos está subestimado

Jérôme Salomon
Director Geral de Saúde de França

Investigadores tentam ver além da ponta do icebergue do coronavírus

Alguns países testam mais e aproximam-se mais do quadro real da pandemia. Critérios de teste diferentes dão taxas de letalidade diferentes, como é o caso de Itália e Alemanha

Maria João Guimarães

Uma coisa é certa: os casos confirmados de infecções por coronavírus são apenas uma fracção dos casos reais, seja na Alemanha ou Itália ou Portugal. Outra coisa é também certa: é demasiado cedo para se ter uma ideia da letalidade da doença causada pelo vírus, ou seja, o número de mortes em relação ao número de infectados. E mesmo as comparações entre países sofrem de vários problemas, incluindo a quantidade de testes feitos e a quem são feitos.

Um dos casos em que foi muito mencionada a taxa de letalidade que parecia ser especialmente baixa foi a Alemanha. Para além de uma série de outros factores, os números espelharam de algum modo a política de testes, muito mais alargados na Alemanha, e quem foi testado: na Alemanha, só 18% dos infectados tinham mais de 60 anos e a idade dos casos positivos era em média 45 anos (em Itália era 63).

Outro detalhe: a Alemanha não realiza testes *post-mortem*, ou seja, se alguém foi testado antes de ser internado e morrer, entra na estatística, se morreu antes de ser testado, não – o que deixa algum espaço aberto para escaparem óbitos de pessoas com outros problemas de saúde, que são um grupo em especial risco para a covid-19. Em Itália e Portugal, pelo contrário, têm-se feito testes *post-mortem*.

Lothar Wieler, presidente do Instituto Robert Koch, que tem sido a autoridade de saúde responsável por seguir a pandemia na Alemanha, argumenta que não faz sentido testar após a morte quando se fazem tantos testes em fases anteriores.

Mas os próprios peritos alemães vinham a alertar para o facto de estarem um passo atrás de países como Itália e Espanha na progressão da pandemia e avisado que a taxa de letalidade ia parecer cada vez maior por um efeito estatístico: com o aumento de casos, os testes iriam ser dirigidos cada vez mais para os doentes e não iriam apanhar tanto os infectados assintomáticos.

Com o aumento de infecções iria também aumentar o número de mortos. Estes dois factores deverão fazer com que a relação doentes/mortos se aproxime cada vez mais dos outros países. Peritos de saúde publica desvalorizam, no entanto, estas diferenças entre o modo de os países testarem e contabilizarem infecções e mortes.

Lauren Gardner, a professora de engenharia de sistemas e especialista em epidemiologia que criou a página da Universidade Johns Hopkins que mostra os dados da pandemia por país em todo o mundo, diz que estas variações "não têm, em geral, impacto nas políticas" que cada país segue, disse à revista *Fortune*. O mesmo artigo citava ainda uma porta-voz do Centro Europeu para Prevenção e Controlo de Doenças que desvalorizava também as variações tanto a nível nacional como a nível regional: "A vigilância detalhada é um desafio em situações epidémicas de desenvolvimento rápido", disse.

Vários países falam na necessidade de ter mais informação, para decidir as medidas a tomar após a descida do pico das novas infecções

AVIER ETXEZARRETA/EPA

A vigilância detalhada é um desafio em situações epidémicas de desenvolvimento rápido

Mudanças

As autoridades de Saúde francesas anunciaram entretanto que se preparam para um novo modelo de estimar a dimensão da pandemia.

A ideia, explicou o responsável pela Direcção Geral de Saúde francesa, que monitoriza o novo coronavírus, Jerôme Salomon, é não contar apenas com os resultados de testes para ter um quadro do que se passa no país, mas sim incluir também em estimativas baseadas nas comunicações semanais de uma rede de profissionais de saúde pelo território.

Vários países têm sublinhado a necessidade de ter mais informação, sobretudo para decidir as medidas a tomar após a descida do pico das novas infecções. Alemanha e Reino Unido têm vindo a público com novos planos: a Alemanha com um estudo alargado centrado em testes de anticorpos envolvendo cem mil pessoas, e o Reino Unido com a ideia de fazer testes de anticorpos em grande escala, tendo anunciado a encomenda de 3,5 milhões destes testes.

Os testes de anticorpos, esperam os investigadores, poderão dar uma melhor ideia da dimensão da pandemia do que os usados simplesmente para determinar se a pessoa está infectada no momento em que faz o teste, e poderão permitir ver quais as pessoas que desenvolveram resistência ao novo coronavírus e estas poderiam deixar de ter de cumprir isolamento social.

maria.joao.guimaraes@publico.pt

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Número de casos dispara na Turquia
A Turquia anunciou ontem 1794 novos casos de covid-19, e tem agora 7402, e 108 mortes. Foram interrompidas as ligações ferroviárias entre cidades e a maioria dos voos domésticos. Até 17 de Abril, a Turkish Airlines vai suspender voos internacionais.

Espanha com 832 mortes
Espanha registou ontem a morte de mais 832 pessoas por covid-19, perfazendo um total de 5690. O país tem 72.248 casos, quando, na sexta-feira, eram 64.059. As morgues e os cuidados intensivos já estão sobrelotados, embora em algumas zonas a pandemia pareça estar a atingir o pico.

Os criminosos estão à espreita em tempo de pandemia

Relatório da Europol diz que fraudes estão a aumentar desde que começou o período de alerta na Europa por causa da epidemia global de covid-19

PAULO PIMENTA

Uma empresa da UE tentou comprar 3,85 milhões de máscaras e perdeu 300 mil euros, relata a Europol

Clara Barata

Uma crise é uma oportunidade. E o tempo de pandemia está a ser uma oportunidade de ouro para todo o tipo de vigaristas e criminosos, que se estão a aproveitar do súbito aumento da procura de produtos e equipamentos médicos e farmacêuticos para enganar cidadãos e até Estados, alerta a Europol, num relatório divulgado na sexta-feira.

"A pandemia de covid-19 não é apenas um problema de saúde grave, como também um risco de cibersegurança. Os criminosos aproveitaram-se rapidamente da proliferação do coronavírus e estão a abusar da procura das pessoas por informação e bens", escrevem os autores do relatório.

As possibilidades são imensas. Há campanhas de *phishing* – que é a tentativa fraudulenta de obter *passwords* e números de cartão de crédito, por exemplo, num *site* ou *e-mail* que parece idêntico a uma entidade legítima –, distribuição de *software* malicioso através de *links* e *attachments* e ataques de *ransomware*, em que o conteúdo de um computador é basicamente raptado por um criminoso, e só é libertado se o seu legítimo proprietário pagar um resgate.

Com as escolas fechadas nos países da União Europeia, as crianças passam mais tempo online e a Europol notou um crescimento da busca de materiais de pedofilia. E houve também um aumento drástico de violência doméstica – em França, a subida foi superior a 30% numa semana.

Também há adaptações de esquemas clássicos de fraudes telefónicas, ou fraudes no fornecimento de material encomendado.

Máscaras que não chegam

Sem revelar a identidade dos burlados, o relatório da Interpol avança alguns exemplos. O que pode acontecer quando um Estado-membro da União Europeia tenta comprar equipamento médico – por exemplo, máscaras cirúrgicas.

Um país da UE investigou a transferência de 6,6 milhões de euros de uma empresa para outra, em Singapura, para adquirir álcool em gel, e máscaras, sem que esses produtos tenham sido entregues. Noutro caso, vivido por outro Estado-membro, uma empresa tentou comprar 3,85 milhões de máscaras e perdeu 300 mil euros, relata a Europol.

Este tipo de casos tem sido relatado por vários membros da União Europeia – veja-se o que se passou com Espanha, que adquiriu testes que não era precisos a uma empresa chinesa, embora o problema, aparentemente, estivesse no intermediário no negócio.

"É de esperar que haja um grande número de esquemas de fraude novos ou adaptados relacionados com a pandemia durante as próximas semanas e meses, com um potencial bastante gravoso de causar danos financeiros aos cidadãos, empresas e organizações da Administração Pública", alerta também a Europol.

Outro alerta é relativo a um grande aumento da venda *online* de medicamentos não-autorizados e de qualidade duvidosa, como antivirais e o antimalárico cloroquina. Foram apreendidas grandes quantidades de vitamina C em todo o mundo, conhecida por poder estimular o sistema imunitário, bem como outros suplementos alimentares. Analgésicos e antibióticos são outras categorias significativas.

cbarata@publico.pt

34
mil máscaras cirúrgicas contrafeitas foram apreendidas na *Operação Pangea*, coordenada pela Interpol

4,4
milhões de unidades de produtos farmacêuticos ilegais foram apreendidos em todo o mundo, nesta operação

Ciberataques usam teletrabalho

O número de ciberataques durante a pandemia de covid-19 é já significativo, e a tendência é para aumentar, explorando as vulnerabilidades criadas por estar um grande número de pessoas neste momento a funcionar em regime de teletrabalho. O relatório da Interpol dá o exemplo de um ciberataque contra o Hospital Universitário de Brno, na República Checa, já depois de ter sido declarado o estado de emergência no país, a 12 de Março, por causa da covid-19. Tiveram de ser adiadas operações urgentes e transferidos doentes em estado grave para um hospital próximo, no que foi considerado um ataque contra uma infra-estrutura crítica. O hospital teve de fechar a sua rede informática e o hospital pediátrico e a maternidade foram também afectados.

Itália tem mais de 10 mil mortos
Itália ultrapassou a barreira das 10 mil mortes, ao morreremmais 5974 pessoas ontem. O Governo prepara-se para prolongar a quarentena mais 15 dias e o primeiro-ministro anunciou uma ajuda extraordinária às autarquias no valor de 4300 milhões de euros.

Casos confirmados no mundo
Valores às 21h30 de 28 de Março

Fonte: Universidade de Johns Hopkins

1019

O Reino Unido ultrapassou o milhar de mortos, ao registar ontem mais 260. Tem um total de 17.310 casos.

Rússia fecha-se ao mundo
A Rússia anunciou ontem que as suas fronteiras terrestres e marítimas estarão fechadas a partir de amanhã, depois de ter registado 228 novos casos em 24 horas, o maior aumento de sempre. O país tem 1264 casos e quatro mortes, e declarou "férias pagas" na semana que vem.

Justiça proíbe Bolsonaro de decretar contra isolamento social

Ricardo Cabral Fernandes

Presidente brasileiro diz que "algumas pessoas vão morrer, é a vida", e que a economia é que não pode parar

A Justiça Federal brasileira proibiu o Governo de adoptar medidas contrárias ao isolamento social para se conter o coronavírus, e suspendeu dois decretos do Jair Bolsonaro, mas não antes de o Presidente partilhar um anúncio a promover o fim do isolamento social e dizer que algumas pessoas "vão morrer, é a vida".

O juiz Márcio Santoro Rocha decidiu na sexta-feira que o Governo federal deve abster-se "de adoptar qualquer estímulo à não-observância do isolamento social recomendado pela OMS [Organização Mundial de Saúde]". Dois decretos presidenciais que definiam actividades religiosas e casas de jogos da sorte (onde também se paga a água e a electricidade e se recebem as pensões) como essenciais num momento de isolamento social também foram suspensos.

A decisão foi anunciada dois dias depois de Bolsonaro e seus aliados começarem uma campanha a promover o fim das medidas de isolamento decididas pela maioria dos 26 governadores, entre os quais o de São Paulo e Rio de Janeiro.

"Para o vendedor de bairro, para os proprietários de lojas no centro das cidades, para os trabalhadores domésticos, para milhões de brasileiros, o Brasil não pode parar", diz o anúncio, partilhado nas redes sociais por Bolsonaro e seus aliados com a tag #BrasilNaoPodeParar. A campanha foi paga pela presidência e produzida sem que as autoridades de saúde tenham sido consultadas.

Bolsonaro e os governadores têm entrado em choque e, na sexta-feira, o Presidente voltou a atacar o governador de São Paulo, João Doria, acusando-o de manipular os números de casos e mortes no estado por motivos políticos – o estado tem 1223 casos e 68 mortes (aumento de 46 em cinco dias), num total de 3417 casos e 92 mortes no país.

"Estes não podem ser números para favorecer interesses políticos", disse Bolsonaro ao *Brasil Urgente*, referindo que a covid-19 já tem cura: hidroxicloroquina, usada contra a malária e para o lúpus, uma doença auto-imune. Mas isso ainda não está provado e a muita publicidade em torno desta droga está já a fazer com que falte para os doentes de lúpus.

"Lamento, mas algumas pessoas vão morrer, é a vida. Não se pode parar uma fábrica de automóveis porque tem mortes no trânsito", continuou Bolsonaro, sublinhando que, "para 90% da população, isso vai ser uma gripezinha ou nada".

Os governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro, Wilson Witzer, antigos aliados do Presidente que se distanciaram dele por cálculo eleitoral, argumentam que as vidas das pessoas se sobrepõem à economia. Já Bolsonaro recusa-se a ordenar acções que parem a economia, enquanto a maioria dos brasileiros as defende, o que está a corroer a sua popularidade.

"Mais de 50 países em quarentena. Então o mundo inteiro está errado e a única pessoa certa é o Presidente?", questionou o governador de São Paulo, acusando Bolsonaro de promover "desinformação".

Apesar de ter decretado o estado de calamidade e proibido a entrada de estrangeiros no Brasil, Bolsonaro tem-se recusado a decretar medidas drásticas para conter a pandemia, que caracterizou como "histeria", e quem permanecer em casa como "covarde". Apoiantes do Presidente de extrema-direita têm feito protestos nas ruas (as "carreatas", assimchamadas por ninguém sair dos seus carros), a exigir que as medidas sejam revogadas.

O Governo anunciou ainda medidas económicas para ajudar micro e pequenas empresas. O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o executivo vai atribuir cerca de oito mil milhões de euros a trabalhadores por contra própria e a informais, sublinhando que os esforços económicos no combate aos efeitos da pandemia no Brasil serão na ordem dos 700 mil milhões de reais (125 mil milhões de euros) nos próximos três meses.

ricardo.fernandes@publico.pt

ADRIANO MACHADO/REUTERS

Jair Bolsonaro continua a dizer que o Brasil não pode parar

KEVIN LAMARQUE/REUTERS

O Presidente dos EUA falou em fazer um cordão sanitário

Trump admite a hipótese de pôr Nova Iorque de quarentena

Nova Iorque teve ontem 52.318 infecções diagnosticadas do novo coronavírus, cerca de metade dos casos nos Estados Unidos, e 728 óbitos. O Presidente Donald Trump disse estar a pensar impor quarentena obrigatória durante duas semanas a Nova Iorque, Nova Jérsia e algumas partes do Connecticut. O governador de Nova Iorque, o democrata Andrew Cuomo, disse, no entanto, que o Presidente não lhe comunicou nada disto.

Donald Trump mencionou a necessidade de impor restrições a viagens dentro do território dos EUA, porque muitos nova-iorquinos têm fugido da cidade para a Florida. "Não queremos isso", afirmou. Mas quando interrogado sobre restrições dentro da própria cidade e uma possibilidade de encerrar o metropolitano de Nova Iorque, afastou essa ideia.

O Presidente Trump deu o seu aval à declaração de desastre em vários estados e territórios norte-americanos. Os últimos foram o Michigan e o Massachusetts, mas a lista inclui ainda Carolina do Sul, Missúri, Maryland, Illinois, Nova Jérsia, Carolina do Norte, Texas, Florida, Luisiana, Iowa, Califórnia, Washington e Nova Iorque. Os territórios de Guam e Porto Rico também o declararam.

"Podemos chegar a um ponto em que teremos de encerrar os parques infantis", admitiu o governador Andrew Cuomo.

O que Cuomo anunciou neste sábado foi o adiamento das eleições primárias democratas no estado de Nova Iorque. Estavam marcadas para 28 de Abril, mas a nova data será 23 de Junho, esperando que então tenha passado a vaga pandémica.

Amanhã deverá chegar a Nova Iorque um navio-hospital da Marinha norte-americana, com capacidade para internar mil pessoas, que ajudará a suprir a necessidade de camas, anunciou o governador. Mas o número de hospitalizações baixou de 1154, na quinta-feira, para 847, na sexta, adiantou.

Cerca de 233 milhões de norte-americanos estão sob ordens para ficar em casa, numa tentativa de conter a progressão do novo coronavírus. Só que a luta contra a covid-19 tornou-se cada vez mais difícil. Os ventiladores, as máquinas fundamentais para assegurar a respiração dos doentes mais graves, que deixam de conseguir efectuar essa função sozinhos, tornaram-se raros e, devido à alta procura, o seu preço de mercado praticamente duplicou, disse o governador de Nova Iorque, citado pela Reuters: passou de 25 mil dólares cada um para 45 mil.

ESPAÇO PÚBLICO

Rui Rio

Não será a posição mais popular no momento, mas os princípios não se devem alterar conforme sopra o vento. O PSD (acompanhado pelo PS) mantém a vontade de não baixar os apoios aos partidos. O deputado Duarte Pacheco faz bem em chamar a atenção à contradição dos que querem proibir qualquer financiamento privado e, ao mesmo tempo, cortar os apoios do Estado. Os partidos são esseciais à democracia e isso tem um custo. (Pag. 18) **D.P.**

Aleksander Ceferin

Vivem-se tempos de tremenda indefinição e o futebol não escapa à incerteza. Ainda que na expectativa de perceber de que forma a pandemia de covid-19 vai evoluir, o presidente da UEFA abordou algumas das soluções previstas para, se possível, terminar a época nos diferentes países. Seja qual for a solução adoptada, a flexibilidade que Aleksander Ceferin tem revelado (como mostrou no rápido adiamento do Euro 2020) permite acreditar numa real minimização dos danos (Pág. 30). **N.S.**

A Europa ou é solidária ou não é nada

Amílcar Correia
Editorial

A covid-19 é uma doença democrática, imune a géneros, fronteiras, fusos horários ou regimes. Mas este novo coronavírus não é ainda suficientemente pandémico para convencer três ou quatro países da União Europeia sobre o desafio que agora se coloca de forma veemente, como se não fosse um problema de todos, mas apenas um castigo para o desleixo e incompetência de alguns.

Não é difícil concordar com Guntram Wolff, director do *think tank* europeu Bruegel, quando este diz em entrevista ao PÚBLICO que o que está a impedir a emissão de dívida conjunta é algo tão prosaico como isto: a crise provocada pelo coronavírus não se está a fazer sentir com a mesma intensidade em todos os países e que só haverá consenso quando o vírus se espalhar da mesma forma em todo o lado. O egoísmo nunca terá sido tão trágico.

A UE tem de ser capaz de escolher entre a solidariedade entre Estados-membros e a desunião provocada por uma miopia e um umbiguismo realmente repugnantes. Tem de ser capaz de uma resposta única, como no processo do "Brexit", e de evitar a repetição da indiferença e altivez da crise das dívidas públicas, com mais desemprego, empobrecimento e exclusão, agora a níveis bem mais alargados e profundos. Se a UE persistir nas divisões, bem patentes no último Conselho Europeu, e na sua incapacidade de uma resposta comum, capaz de responder à sua maior ameaça desde a sua existência, a distopia de hoje destruirá a utopia do pós-guerra.

O Banco Central Europeu tem feito o seu papel: injectou 750 milhões de euros, travou a subida das taxas de juro que afectavam os países mais atingidos pela pandemia e com isso colocou as bolsas europeias em terreno positivo, para que a economia também possa sobreviver. Ursula Von der Leyen tem feito, igualmente, o seu papel com denodo. Angela Markel titubeia, mas sem ela não haverá solução possível. Paradoxalmente, o seu momento é este, quando a sua saída já está agendada. Ou opta pela solidariedade com Áustria, Finlândia e Holanda, na tese do quanto pior, melhor, ou opta por salvar o que ainda pode ser salvo.

O problema não reside nas instituições; no pleonasmo Bruxelas. O problema está em quem ignora os fundamentos do que foi e do que é a construção desta união na Europa. E esse é o pior dos vírus para nós, para a economia e para as instituições. Seria uma morte lenta. A inteligência consiste, dizia Bachelard, em não repetir o mesmo erro duas vezes. Oxalá.

acorreia@publico.pt

Desunião europeia arrisca fracasso na resposta à pandemia

Protecção Civil pede mão dura para travar contágios no Norte

As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

Pandemia

Com a suspensão das actividades económicas e sociais resultante da covid-19, o volume de emissões de CO_2 sofreu uma das maiores reduções de sempre. Além disso, cidades que se encontravam a braços com os enormes problemas dos excessos turísticos verificaram uma melhoria ambiental notável, com destaque para Veneza, que, pela primeira vez em várias décadas, conseguiu limpar os seus canais. Infelizmente, é preciso que surjam desastres e pandemias para que a nossa sociedade tenha noção do quanto o ser humano agride o meio ambiente. Como é óbvio, a actual situação, do ponto de vista económico, é insustentável, a longo prazo. No entanto, que constitua um exemplo, para alterar o nosso modelo económico e de desenvolvimento. *João António do Poço Ramos, Póvoa de Varzim*

O meu bairro

É um bairro cheio de gente, na freguesia de Arroios. Na traseira da casa há um jovem argentino que toca Piazolla, uma família indiana com avós e netos, há brasileiros, nórdicos e também portugueses. Gosto do meu bairro. Como é de prever, há sempre movimento, mas agora não devia haver. No entanto, há, como há muitas lojas de produtos não-essenciais abertas e a farmácia não tem um perímetro à frente, no passeio, para que se possa manter a distância de segurança. Não há uma pessoa a dar formação, como deveria haver.
Nídia Garrido, Lisboa

Contas da vaidade

Muito se tem falado num excedente orçamental, relativamente às contas de 2019, situação que só se explica pelo facto de existirem cativações, não sendo aceitáveis as mesmas, uma vez que existem dívidas do Estado para com fornecedores de bens e serviços ao país, o que deixa transparecer a sensação de que são mais importantes as cativações do que a prioridade de um país que cumpre as suas obrigações.

Não se compreende o porquê da promulgação de um Orçamento do Estado que, tendo sido aprovado em Fevereiro, não teve uma maior dotação orçamental para a saúde como estratégia de prevenção, tendo em conta o conhecimento antecipado da existência do coronavírus, cujas consequências são imprevisíveis, mas no caso de Portugal poderiam ser minimizadas se estivéssemos atentos, em lugar de nos envaidecermos com o excedente orçamental.

Se os cidadãos têm deveres para com o Estado e são penalizados se não cumprirem os mesmos, o Estado, por sua vez, também tem deveres para com os cidadãos, mas os governantes eleitos parece esquecerem-se dos mesmos, pelo que, se, face ao tão falado excedente orçamental, o Governo tivesse honrado os seus compromissos, liquidando as suas dívidas, principalmente no sector da saúde, talvez estivesse mais bem preparado para fazer face à covid-19, e teríamos então razões para acreditar que os governantes se preocupam com os cidadãos, em lugar de se envaidecerem com as contas do Estado.
Américo Lourenço, Sines

O PÚBLICO ERROU

O PÚBLICO indicou ontem numa infografia, por lapso, que existiam 54 casos confirmados de pessoas infectadas com coronavírus em Espinho. Na verdade, existiam ontem 17 casos no concelho.

Jaroslaw Kaczynski

Em entrevista ao PÚBLICO a semana passada, Yuval Noah Harari falava das "coronaditaduras", ou seja, da possibilidade de políticos poderem aproveitar a pandemia para reforçar o seu poder. É o que está a acontecer na Polónia, onde o partido no poder aproveitou a doença para tentar alterar a lei eleitoral em sentido contrário à Constituição, de forma a manter as eleições que estão marcadas para dia 10 de Maio. Um risco real para as democracias. (Pag. 24) **D.P.**

Jair Bolsonaro

Se o bom senso e as recomendações da OMS não o convencem, então é preciso uma voz com mais autoridade que o faça. Assim aconteceu. Ontem a Justiça Federal brasileira proibiu o Governo de adoptar medidas contrárias ao isolamento social para conter o coronavírus, suspendendo a validade de dois decretos. Isso não irá certamente trazer mais razoabilidade ao Presidente, mas dá um bocadinho mais de segurança aos brasileiros. (Pag. 13) **D.P.**

ESCRITO NA PEDRA

A economia é uma virtude distributiva e consiste não em poupar mas em escolher
Edmund Burke, 1729-1797, filósofo e político irlandês

SEM COMENTÁRIOS ARGENTINA

JUAN IGNACIO RONCORONI/EPA

EM PUBLICO.PT

Com o coração se faz sopa
"Uma porta abre-se e um sorriso aparece. É o Márcio, agricultor. Tal como o bisavô, avô e pai." Mesmo em tempos de isolamento por causa da pandemia do novo coronavírus, há quem não consiga ficar em casa. Nos próximos dias, a crónica fotográfica Picar o Ponto apresenta sete profissões que não podem parar.
Publico.pt/p3

Coronavírus: cuidados com a lavagem da roupa reduzem probabilidade de contágio?
Lavar a roupa a frio ou a quente, pôr de molho antes, lavar à mão ou à máquina, que detergentes usar? Estas são algumas das dúvidas de quem tem de sair de casa, quer para trabalhar, quer para ir buscar bens essenciais, sobre as suas roupas.
Publico.pt/impar

#resistiremos: restaurantes em tempo de pandemia
Sem poder receber clientes dentro de portas por causa da pandemia do coronavírus, os restaurantes estão a reinventar-se: *vouchers*, *take-away*, entregas em casa. E só nós, consumidores, podemos ajudá-los nesta luta pela sobrevivência.
Publico.pt/fugas

Já que está aí

Miguel Esteves Cardoso
Ainda ontem

Talvez já cheguem os conselhos culturais sobre o que devemos fazer em casa. Será que o vasto exército de aconselhadores pensa que a quarentena fez abrir um rasgo no contínuo espaço-tempo e que agora os conselhos são para ser seguidos?

Será que a condescendência dos conselhos já não se nota no meio de tanta febre?

Uma coisa é certa: as maravilhas que nos aconselham não são tão maravilhosas como poderiam ser. Dir-se-ia que a condescendência acarreta um desconto desolador: os livros e filmes são bons, mas, fatalmente, bons para quem está de quarentena. É a lógica deprimente do "Já que está aqui..." "Já que está aqui, escreva qualquer coisa sobre a nossa lojinha. Já que está aqui, aproveite para fazer uma contribuição para a liga dos batráquios..."

Acontece o mesmo quando apresentam uma obra de arte: é o corte do contexto, a pitadinha pedagógica do "É preciso ver..." Por exemplo, tenho andado a ouvir Rachmaninov cronologicamente, numa excelente estação de rádio. Mas não me deixam só ouvir. Insistem em dar-me o contexto: "É preciso ver que ele, aqui, estava ainda mais deprimido do que na peça anterior..." Não, não é preciso ver. Quando se trata de uma grande obra de arte, ela basta-se a si própria. Não é preciso saber como é que foi escrita, onde é que se começou a escrever, quando é que foi acabada.

É bom saber essas coisas, é uma útil bisbilhotice, cada vez mais fácil de descobrir e mais difícil de evitar. Mas é cada um que deve procurar saber o contexto. Não é a mesma coisa quando nos é enfiado pela boca abaixo

ESPAÇO PÚBLICO

Somos um país desenvolvido

Teresa de Sousa
Sem Fronteiras

São imensos os recursos disponíveis nas nossas sociedades democráticas sem pôr em causa as liberdades fundamentais

1. Perdemos a noção do tempo. Não sabemos literalmente o que acontecerá amanhã. A crise pandémica no nosso país tem um mês. Parece-nos que se prolonga há uma eternidade. Vivemos num filme de ficção do qual nunca pensámos vir a ser actores. Ainda confiamos em quem tem como função liderar a resposta a esta tremenda crise. No Governo, nas instituições, no SNS, no supermercado, na farmácia. Temos consciência de que as coisas vão piorar. Quando o número de vítimas mortais já não for de 100, mas de 500. Quando a pandemia atingir níveis de infectados muito mais altos. Quando o confinamento se prolongar por meses. Manteremos a boa vontade e a disciplina? Continuaremos a confiar em quem nos tem de governar através desta tempestade? Manteremos a nossa humanidade? Não temos a resposta. Vivemos um dia de cada vez. Precisamos de ter consciência de que nos outros países europeus, no resto do mundo, rico ou pobre, as pessoas vivem a mesma circunstância. Muitas delas em mil vezes piores condições.

2. Há alguns sinais deste nosso novo modo de vida colectivo que nos dão razões de esperança. Percebemos, no último mês, por que é que Portugal integra o grupo de países classificados como desenvolvidos. As nossas instituições funcionam bem. O Estado dispõe da massa crítica suficiente para saber responder com o que de mais avançado existe em matéria de conhecimento, avaliação e resposta à pandemia. Os nossos laboratórios científicos podem não vir a descobrir a vacina, mas têm a capacidade suficiente para produzir testes. As empresas têm capacidade de desviar a sua produção para material médico sofisticado, como ventiladores. Como a maioria dos países europeus como nós. Os principais órgãos de soberania – Presidente, Assembleia, Governo – conseguem funcionar em harmonia, contribuindo para manter a confiança dos cidadãos. A crítica é totalmente livre, o que aumenta a nossa capacidade de corrigir os erros o mais depressa possível. Finalmente, o debate público começa a fazer-se de forma mais serena e, consequentemente, mais útil. Passou a ideia de que o país tinha de estar preparado no primeiro dia da crise. Está a ser corrigida a critica à lentidão de algumas das medidas do Governo. Podemos avaliar com precisão a capacidade de resposta dos vários serviços de saúde essenciais quando deixamos de ouvir queixas. Já ninguém se queixa da linha SNS24. O alarme sobre os lares foi útil e começa a perder intensidade. As insinuações ou as críticas bem-intencionadas sobre o rigor e a veracidade da informação diariamente fornecida pelas autoridades nacionais de saúde foram-se desfazendo perante a clareza e a inteligência de Graças Freitas ou de Marta Temido e dos seus secretários de Estado e da visível competência de quem dirige instituições públicas tão importantes como o Infarmed. Mantém-se o debate sobre o equipamento de protecção de médicos, enfermeiros e outro pessoal do SNS. E há alguns sinais preocupantes de "guerras" desnecessárias, como a da Ordem dos Enfermeiros contra os médicos, que teriam, alegadamente, primazia na realização de testes. Mas podemos ir testando a evolução da situação justamente através desse debate constante, distinguindo quem é sério de quem gosta demasiado de protagonismo (também é isso que fazemos quando as coisas correm normalmente), não ouvindo apenas aqueles que denunciam a falta de equipamento, mas também os que contrariam esse receio. Já ouvimos os médicos que são os principais responsáveis pelo funcionamento de dois grandes hospitais de referência – o Curry Cabral e o Hospital de São João – garantir que o material não tem faltado. Mais tarde ou mais cedo, se a pandemia for relativamente contida, deixaremos de ouvir estas queixas. Ou poderemos voltar a ouvi-las se os piores cenários acabarem por acontecer. Como em Espanha ou na Itália.

TIAGO LOPES

> Queremos tudo agora. É natural. temos de fazer um esforço para perceber os limites

3. Queremos tudo agora. É natural. Temos de fazer um esforço para compreender os limites. A questão dos testes é outra que gera uma enorme controvérsia. Compreende-se, quando ouvimos notícias de que alguns dos casos de maior sucesso no combate à pandemia como a Coreia do Sul ou a Alemanha recorreram a uma grande utilização de testes. Ficou-nos no ouvido a mais recente orientação da OMS: "Testem, testem, testem." Vale a pena ouvir com atenção as explicações que vão sendo dadas pelas autoridades de saúde sobre a situação e sobre a estratégia. A partir do momento em que não se podem testar 10 milhões de portugueses, colocam-se imediatamente duas questões: a primeira é o número de testes disponíveis, que é finito; a segunda, que decorre desta, a definição de critérios. Portugal, como todos os outros países que dispõem de meios para o fazer, tem de ir aos mercados. A concorrência é forte e a produção limitada à escala mundial, porque ninguém, nem nós nem os outros, por mais ricos que sejam, se preparou antecipadamente para esta pandemia. Há um exercício que a maioria das pessoas não pode fazer, mas que a imprensa pode – e deve – fazer: ler diariamente o maior número possível de grandes jornais estrangeiros que cobrem o mundo inteiro e que reflectem quotidianamente os dramas e as dificuldades dos seus próprios países. Percebemos imediatamente que as nossas dificuldades não são nem maiores nem menores dos que as dos países com os quais nos devemos comparar, estando os europeus em primeiro lugar.

Claro que as democracias ocidentais têm culturas diferentes. A iniciativa da sociedade civil é maior no mundo anglo-saxónico, habituado a não depender do Estado para tudo. No Reino Unido, responderam 405 mil voluntários a um apelo do Governo para conseguir 250 mil. Os britânicos ainda transmitem de pais para filhos a experiência dos anos da guerra, quando resistiram quase sozinhos à barbárie nazi. Outras democracias – como a nossa – tendem a esperar quase tudo do Estado, mesmo que adorem criticá-lo. A França tem uma cultura parecida, mas não a Suécia ou os Países Baixos, onde foram postas em prática estratégias idênticas às que o Reino Unido começou por adoptar e pelas quais o Governo britânico foi tão duramente criticado. Em quase todos os nossos parceiros europeus a ameaça de ruptura dos respectivos sistemas de saúde públicos existe, quando já não aconteceu. A capacidade de montar grandes hospitais de campanha é grande, tanto cá como lá, contrariando a ideia absolutamente nefasta de que só a China, com o seu regime autoritário, conseguiu construir hospitais numa semana. São imensos os recursos disponíveis nas nossas sociedades democráticas sem pôr em causa as liberdades fundamentais e o funcionamento das instituições. Mesmo que, nesta crise, como noutras de dimensão equivalente, o papel do Estado seja absolutamente fundamental – para salvar vidas, para manter o país a funcionar, para impedir a destruição do tecido económico e social.

4. As coisas ainda vão piorar antes de melhorarem. Haverá um momento em que exigiremos mais e mais aos outros e menos a nós próprios. O apoio ao primeiro-ministro e ao Governo não vai manter-se aos níveis actuais. Esse é precisamente o teste que lhe cabe vencer.

Entretanto, na frente europeia, que é a nossa principal circunstância, pode ser que os egoísmos nacionais que vieram ao de cima, alguns como uma virulência inusitada, acabem por dar lugar a um sentimento de verdadeira partilha de destino, que é essa a essência da integração europeia. Ninguém se salvará sozinho. E se até o Presidente Trump acabou por perceber que tinha de estender a mão a Xi ou dialogar com Macron, depois da fase do "vírus chinês" ou do perigo de contaminação vinda da Europa, talvez Mark Rutte consiga estender a mão a Giuseppe Conte ou a Pedro Sánchez. O que está em causa é o futuro da Europa, mas é também o futuro das suas democracias. A crise financeira deixou-nos uma vaga de populismos e nacionalismos que se tornaram um desafio às democracias liberais. Os Países Baixos não foram excepção. Pelo contrário, até foram precursores. Se a Europa servir de pouco aos povos europeus, Thierry Baudet ou Geert Wilders, a nova e a velha face da extrema-direita holandesa, já ganharam.

Jornalista. Escreve ao domingo
teresa.de.sousa@publico.pt

Nascer de novo

Frei Bento Domingues O.P.

É o ser humano que, ao desumanizar-se, corrompe a natureza. As dimensões da questão ética são globais

1. Se, como foi noticiado, o cardeal Burke tiver dito, perante as ameaças da covid-19, "que devemos poder orar nas nossa igrejas e capelas, receber os sacramentos e participar em actos de oração pública", espero que alguém o convença a despir-se das pompas cardinalícias, a envolver-se em saco e cinza para pedir perdão, através dos meios de comunicação social, a crentes e não-crentes por essa pouca-vergonha [1].

Passemos ao título desta crónica. É a proposta mais séria para não alimentar ilusões para depois do presente pesadelo colectivo. Antes, porém, importa lembrar algumas evidências esquecidas para nos situarmos, com lucidez, neste tempo de agendas suspensas ou alteradas.

O ser humano surgiu na terra como um dos menos equipados e mais desarmados do reino animal. Os seus instintos são rudimentares e parcas as suas defesas.

Essa situação escondia um tesouro único no seu corpo revelado pela palavra que o singulariza. É o tesouro da inteligência emocional, da razão discursiva, do afecto desinteressado, da liberdade criadora e destruidora, da imaginação, a louca da casa para o bem e para o mal.

São recursos inesgotáveis. A partir de elementos preexistentes, possibilitam o gosto de estabelecer conexões mentais surpreendentes, de inventar, de inovar, de criar e recriar. Como escreveu Einstein, a criatividade é a inteligência a divertir-se [2].

Desde a revolução paleolítica até à chamada quarta revolução industrial, muito se andou na marcha multimilenária da humanidade. Continuamos a caminho, sem que saibamos bem para onde. Este percurso está semeado de realizações admiráveis e de criminosas destruições.

Não podemos prever o futuro. Confia-se demasiado no poder da tecnologia, mas ela não é determinista. Pode levar-nos ao melhor e ao pior. Como escreve Y. N. Harari, "a ascensão da Inteligência Artificial e da biotecnologia irá certamente mudar o mundo, o que não significa que haja apenas um único desfecho possível" [3].

Somos *natura* e multifacetada cultura científica, técnica, estética, metafísica e ética. A razão instrumental responde ilimitadamente, com eficácia surpreendente, a perguntas limitadas que ocultam as incómodas.

Existem perguntas que nunca têm resposta adequada, mas que ajudam a manter o espírito em alerta, perante o irredutível mistério de que somos feitos. Brotam talvez das fontes da grande música, da literatura, da filosofia, da religião, da mística, da criatividade inesperada de novas linguagens. Manifestam-se em obras que nos emocionam, provocam e alimentam uma abertura sem fim: o sentimento de infinito, o pressentimento de Deus.

ALESSANDRO BIANCHI/REUTERS

> A questão mais actual é a desagregação dos apetites nas intervenções sobre a natureza

2. Depois, um miserável vírus semeia o pânico global e regressa a estafada questão do mal, da responsabilidade de Deus, dos seus castigos ou da sua não-existência [4]. Prefiro, no seu aparento exagero, o que Dostoievski escreveu em *Os Irmãos Karamazov*: "Todos somos culpados de tudo, culpados por todos, diante de todos e eu mais do que os outros."

Talvez seja útil escutar a voz de S. Tomás de Aquino, voz de um outro tempo, em que o mundo voltava a estar em efervescência. Tinha uma ideia muito optimista quanto ao progresso do conhecimento, mas reticente quanto ao progresso humano no seu conjunto. Dizia que na natureza, na maior parte dos casos, tudo corre bem. Com os seres humanos, na maior parte dos casos, acontece precisamente o contrário. Porquê? Porque estes não orientam a sua vida segundo as exigências da humanidade, a humanidade de todos, mas segundo a desagregação dos seus apetites [5].

Perante tantas catástrofes na natureza, isto pode parecer ingenuidade. Diz-nos, no entanto, que a harmonia da natureza do tempo de S. Tomás foi gravemente afectada. A questão mais actual é, precisamente, a desagregação dos apetites nas intervenções sobre a natureza que torna a nossa "Casa Comum" inabitável. Em vez de cuidar o nosso paraíso terrestre, destruímo-lo pela vontade de dominação e exploração económica, política e religiosa. É o ser humano que, ao desumanizar-se, corrompe a natureza. As dimensões da questão ética são globais.

Nietzsche suprime a questão ética, ao suprimir o ser humano: "O homem é algo que deve ser superado... Que é o macaco para o homem? Uma coisa ridícula ou uma vergonha dolorosa. É isso o que deve ser o homem para o super-homem: uma coisa ridícula e uma vergonha dolorosa."

3. A Quaresma cristã não é nietzschiana. É mais modesta e mais radical. Procura vencer as tentações que acompanham a história da humanidade: o espírito diabólico de dominação que sonhou e criou impérios. Nenhum se aguentou. As novas tentativas estão possessas do mesmo espírito. Será possível enfrentá-lo?

No século XX e nos começos do século XXI, depois das catástrofes, os poderosos têm-se reunido muitas vezes e ainda não mostraram grande vontade de mudar de rumo. Reafirmam, sobretudo, as metamorfoses dos seus velhos apetites e desígnios. A espantosa construção da União Europeia está ameaçada porque não é o espírito de cooperação que a orienta, mas um regateio de perdas e de vantagens. Os cristãos tiveram um grande papel no sonho europeu. E agora?

O Evangelho de S. João conta uma história que intrigou uma destacada figura do Sinédrio da antiga Jerusalém, Nicodemos, e que não deixa margens a subterfúgios [6]. Foi, de noite, ter com Jesus e começou com muito boa retórica religiosa: "Rabi, sabemos que vieste da parte de Deus como Mestre, pois ninguém pode realizar os sinais que tu realizas se Deus não estiver com ele." Jesus não cede a lisonjas: "Só quem nascer do alto pode ver o Reino de Deus." Nicodemos quer fugir a essa proposta radical: "Como pode um homem velho nascer de novo? Poderá ele entrar no ventre da sua mãe segunda vez e nascer?"

Jesus convida-o a não mudar de conversa: "Aquele que nasce da carne é carne e aquele que nasce do espírito é espírito. Não te admires por eu ter dito que é preciso nascer do alto. O sopro sopra onde quer e ouves a sua voz, mas não sabes nem de onde vem nem para onde vai. Assim é aquele que nasceu do espírito."

Nicodemos não contradiz o Nazareno, mas procura não se enfrentar com a proposta de ter de "nascer de novo", fazendo perguntas sobre o que já sabe. Jesus não aceita fugas ao confronto essencial.

Nicodemos é o nosso retrato.

[1] Cf. *7Margens*: 23. 03.2020. Bolsonaro e Trump são bons acólitos do cardeal Burke

[2] Cf. Alexandre Castro Caldas, *Criatividade: A Função Cerebral Improvável*, UCP, 2017

[3] Yuval Noah Harari, *Homo Deus. História Breve do Amanhã*, Elsinore, 2017, 442-443

[4] Cf. Adolphe Gesché, *O Mal*, Rei dos Livros, 1996

[5] Suma Teológica, I, q. 91, a. 3 ad 2; q. 49, a. 3 ad 5

[6] Jo 3

Escreve ao domingo

POLÍTICA

PCP e IL querem reduzir custo das eleições, mas PSD não

Discussão para rever financiamento dos partidos e das campanhas foi adiada para quando o Parlamento voltar aos trabalhos normais. Mas os maiores partidos não estão dispostos a cortar nos apoios do Estado

Partidos
Maria Lopes

Era um assunto para discutir por agendamento do PSD na próxima semana num dos plenários que foram cancelados, mas há-de regressar quando os trabalhos retomarem a normalidade: o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais volta a mostrar divisões de concepção sobre como devem os partidos financiar as suas actividades e desta vez nem sequer se alinham em direita ou esquerda.

Das quatro propostas de alteração à lei em cima da mesa para discussão, só PCP e Iniciativa Liberal (IL) querem, de forma clara, uma redução substancial dos apoios estatais directos, ou seja, em dinheiro, prevendo que as actuais subvenções públicas para as campanhas eleitorais e os limites das despesas admissíveis nas campanhas sejam cortados pela metade, segundo os comunistas, ou para um décimo, segundo os liberais. Apesar de os dois espectros do hemiciclo estarem de acordo nesta matéria, a redução não parece ter pernas para andar. PS e PSD são contra.

Os socialistas não quiseram fazer quaisquer propostas e há muito que são contra a redução das subvenções. Já os sociais-democratas querem alterar algumas regras do financiamento partidário, mas não mexem em números nem querem reduções de subvenções.

Pelo contrário: até propõem o alargamento do período em que podem fazer gastos que sejam classificados como despesas de campanha eleitoral dos actuais seis meses para oito meses antes da eleição. Isso significaria que, em ano de legislativas, os partidos poderiam imputar à campanha eleitoral despesas em que incorressem desde finais de Janeiro (se a eleição fosse no final de Setembro).

Outra proposta é o alargamento da isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para todos os imóveis dos partidos, "qualquer que seja a sua afectação matricial", uma vez que "qualquer prédio deve ser passível de uso para fins partidários". Já a IL propõe o fim de todos os benefícios fiscais para os partidos, e o CDS quer acabar apenas com a isenção do IMI.

Na verdade, o PSD fez propostas de alteração essencialmente para resolver alguns problemas internos, como a necessidade de responsabilização dos mandatários financeiros locais das estruturas das candidaturas que não cumprem os limites de despesas que lhes são impostos, em vez de essa responsabilidade ser apurada na hierarquia de topo dos partidos.

Custos da democracia

Ao PÚBLICO, o deputado Duarte Pacheco defende que "não se pode limitar (e bem) ou proibir o financiamento privado, seja por cidadãos ou empresas, que antes era generalizado, e, simultaneamente querer reduzir a parte da subvenção pública. Os partidos ficariam sem possibilidade de fazer a sua acção regular."

Em jeito de crítica, o social-democrata lembra que isso só é possível para "partidos que não têm estruturas, que vivem de candidaturas em dois ou três distritos, duram uma eleição e a seguir arrumam as malas". E acrescenta: "Os partidos que querem ter uma acção política permanente, delegações nas sedes dos distritos, estruturas locais nos concelhos, fazer eventos, manter publicações periódicas e online, entre outras actividades, têm que ter financiamento."

Ou seja, as subvenções públicas aos partidos, ainda que possam custar mais de duas dezenas de milhões de euros em anos eleitorais, "são os custos da democracia". O deputado do PSD argumenta: "Tanto PCP como a IL propõem a redução da subvenção pública anual para financiamento dos partidos políticos que é calculada no início de cada legislatura tendo em conta o número de votos obtidos nesse acto eleitoral, desde que tenham obtido pelo menos 50 mil votos. Cada voto vale actualmente 1/135 avos do IAS – Indexante de Apoios Sociais, ou seja, 2,905 euros. O PCP propõe que seja 1/225 (com a redução em vigor, daria um valor final de 1,743) e a IL quer 1/220 (1,782 euros).

Além disso, os dois partidos propõem a redução da subvenção pública para as campanhas eleitorais para metade, no caso do PCP, e para um décimo, no caso da IL. Os valores actuais são 20.000 IAS para as eleições legislativas, 10.000 IAS nas presidenciais e europeias, e 4000 IAS para as regionais dos Açores e Madeira (neste caso, o corte proposto pelos comunistas é para um quarto do valor actual).

Os dois partidos aplicam a mesma tabela para os limites das despesas admissíveis nas campanhas eleitorais, que são hoje de 10.000 IAS para a primeira volta das presidenciais (e mais 2500 para a segunda), 60 IAS por cada candidato à Assembleia da República, 100 IAS por cada candidato às assembleias legislativas regionais (o PCP corta para um quinto), e de 300 IAS por cada candidato ao Parlamento Europeu.

maria.lopes@publico.pt

MIGUEL MANSO

Rui Rio quer alargar de seis para oito meses o período em que as despesas dos partidos são consideradas gastos de campanha

SE OS NOSSOS JORNAIS E REVISTAS FALASSEM ESTARIAM A DIZER: "MUITO OBRIGADO, SOLDADOS DO PAPEL."

Se tivessem som, seria o de aplausos. Seriam palmas mais do que merecidas por quem desperta cedo todos os dias para que não falte informação essencial aos portugueses. Em cada ponto de venda que permanece aberto há verdadeiros soldados da notícia, os nossos soldados do papel. Firmes, corajosos, solidários neste momento. Porque sabem que a vida não pode parar. Juntos vamos vencer esta guerra. Mais uma vez, obrigado.

SOCIEDADE

Pais separados: apelo ao "bom senso" nesta "situação excepcional"

O diploma do estado de emergência tem em conta as deslocações para cumprir as responsabilidades parentais, mas os autos de incumprimento sucedem-se. Como decidir o vaivém das crianças?

Família
Carla B. Ribeiro

Com um diagnóstico de cancro desde Novembro e depois de seis semanas de violentas sessões de quimio e radioterapia, Diana, de 40 anos de idade, sabe que esta não é altura para se arriscar a estar exposta a qualquer vírus – muito menos a um de elevado contágio e taxa de letalidade alta para pessoas com o sistema imunodeprimido como é o seu caso. Por isso, com guarda partilhada com o ex-marido, decidiu que os dois filhos, após a próxima troca, não voltarão a sua casa – pelo menos enquanto a pandemia não abrandar.

"O pai tem uma profissão que não lhe permite deixar de trabalhar e, por mais cuidados que haja, há sempre um risco de exposição." Além disso, Diana estima que, mesmo mais expostos à possibilidade de contraírem o novo coronavírus (reduzida, dados os cuidados que confia que o pai dos seus filhos terá), "os miúdos terão melhores condições com o pai, a duas ruas de distância, onde podem usufruir de um pequeno jardim".

"Não é uma decisão fácil" e foi feita com muitas lágrimas de todos. No entanto, para Diana, e também para o pai dos seus filhos, não há nenhuma dúvida: "Pretendo andar por aqui muitos mais anos; não tarda, estamos todos juntos."

No caso de guardas partilhadas ou de um regime de visitas acordados por ambos os progenitores e regulados por tribunal, a decisão de alterar o que está estipulado dependerá da vontade de ambos os progenitores, explica Ângela Vieira, do escritório José Pedro Aguiar-Branco (JPAB), especializada em direito da família. "Estamos perante uma situação verdadeiramente excepcional. Nenhum acordo de regulação das responsabilidades parentais ou decisão judicial consegue dar resposta à imprevisibilidade de todas as situações que podem surgir porque o que se regula é precisamente a vida humana", acrescenta.

No entanto, o diploma do estado de emergência, decretado a 18 de Março pelo Presidente da República e redigido pelo Conselho de Ministros, prevê, entre as excepções de restrição de movimentos, as "deslocações por outras razões familiares imperativas, designadamente o cumprimento de partilha de responsabilidades parentais, conforme determinada por acordo entre os titulares das mesmas ou pelo tribunal competente".

"Uma alínea de excepção de conceito dúbio", considera Nuno Melo, juiz do Tribunal de Família e Menores do Porto. Em declarações ao PÚBLICO, mas ressalvando que os seus comentários expressam apenas a sua opinião, não tendo ainda havido (até à data da nossa conversa, no início desta semana) nenhuma reunião do colectivo de juízes no sentido de encontrar uma posição concertada, o magistrado chama a atenção para o facto de a excepção do diploma não ser específica nem quanto à residência nem ao regime de visitas, referindo-se antes à "partilha de responsabilidades parentais", sendo que estas cabem, em qualquer regulação, a ambos os progenitores, independentemente da forma encontrada de contactos.

Já o constitucionalista Tiago Duarte ressalva que a mesma alínea "faz sentido", uma vez que permite justificar a razão de se ir na rua com uma criança, mas refere que a mesma "não implica que os pais não possam alterar o que está acordado".

Incumprimentos sucedem-se

Enquanto a lei tenta encontrar um enquadramento para uma situação sem referências passadas, as queixas de incumprimento sucedem-se – algo que foi ainda mais evidente no dia 19 de Março, em que se assinalava o Dia do Pai.

Ao PÚBLICO, o porta-voz da Polícia de Segurança Pública, o intendente Nuno Carocha, diz que os agentes estão a "apelar ao bom senso de todos", deixando a mensagem de que, mesmo para levantar um auto de incumprimento da regulação das responsabilidades parentais, não há necessidade de se dirigir a uma esquadra, indicando o portal da Queixa Electrónica. "Todas as queixas são encaminhadas tendo em conta a esquadra de residência", reforça o responsável, apelando a que todos minimizem as suas deslocações.

> **Todas as queixas são encaminhadas tendo em conta a esquadra de residência**
>
> **Nuno Carocha**
> Porta-voz

No entanto, o portal em causa não tem nenhum formulário para o caso específico de incumprimento. "Estamos a aconselhar os nossos clientes a irem pelo separador da violência doméstica e depois de aí estarem esclarecerem que se trata de incumprimento da regulação e não de violência doméstica", explica a advogada Ana Catarina Fialho, da delegação de Lisboa da JPAB, ao mesmo tempo que sublinha que, neste caso específico, "há que apelar ao bom senso de todos". Para o juiz Nuno Melo, o incumprimento de uma regulação terá de ser analisado "caso a caso", tendo em conta que pode "haver uma situação que o justifique", que estamos a lidar com "uma questão única de saúde pública", mas também que poderá, noutros casos, haver "um aproveitamento".

Se o pai e a mãe tiverem o mesmo cuidado, a criança pode transitar entre uma casa e outra sem nenhum problema

João Bismark
Pediatra

BRUNO LISITA

Especialistas e juristas defendem que nesta altura é preciso um bom entendimento entre os progenitores

"O ideal é que os pais, incluindo os que têm problemas de comunicação, aproveitem o momento para pôr o superior interesse da criança à frente de tudo", diz o especialista, admitindo que, sendo um caso de saúde pública, ter-se-á de equacionar também o interesse e o bem-estar das pessoas que compõem a rede de suporte à criança: se coabita com pessoas que se inserem nos grupos de risco, se as habitações têm condições para a manutenção de algum distanciamento caso seja necessário, etc..

"Se o pai e a mãe tiverem o mesmo cuidado, a criança pode transitar entre uma casa e outra sem nenhum problema", avalia o pediatra João Bismark, considerando existirem apenas razões para interromper o regime acordado, "se houver um elevado risco de qualquer dos pais estar ou vir a ser infectado". "Eu acho que as famílias vão ter de usar o bom senso" e decidir "de acordo com o que estão a viver".

Uma opinião corroborada pelo pneumologista Filipe Froes, que defende que, se se obedecerem a algumas regras, a transição entre casas será fácil e sem riscos. "Tem de haver um compromisso [de ambos os pais] de não expor, directa ou indirectamente, os filhos ao risco." No entanto, considerando que a transmissão é feita, sobretudo, no período sintomático, "deve-se aplicar a mesma regra que existe para com qualquer outra pessoa com sintomas: distanciamento social". Isto, diz o especialista, pressupõe que ambos os progenitores dêem conta um ao outro da existência de qualquer suspeita de sintoma – seu ou de alguém do seu círculo mais próximo –, seja durante a permanência da criança ou após a troca.

Para a jornalista Rita Marrafa de Carvalho, a solução da partilha da residência dos seus dois filhos acabou por ir ao encontro da situação que a RTP encontrou para os seus profissionais: rotatividade de 15 dias, com os funcionários "de folgas" a cumprir auto-isolamento. "Como eu e o pai dos meus filhos trabalhamos para o mesmo sítio, acabámos por acordar uma partilha que se coaduna à situação." Assim, Rita ficou com os primeiros 15 dias e ficou em casa a partir de dia 13 de Março; agora, o pai assume as duas semanas que se seguem. "No Dia do Pai, foram à janela atirar os desenhos que tinham feito", conta. Esta mudança, porém, pressupõe mais cuidados do que os habituais. "Há máscaras para os miúdos, mas o mais importante é que decidimos fazer uma desinfecção às nossas casas antes de eles entrarem", explica, estando certa de que o pai terá todos os cuidados para que o contágio directo não seja um problema. "Estamos relativamente confortáveis em relação a eles [filhos], tendo em conta o efeito deste vírus nas crianças; preocupa-nos mais o avô, a quem ele [o ex-companheiro] tem de prestar algum apoio, e os vários pontos de ligação dos miúdos", remata.

Mesmo num contexto em que se torne imperativo o afastamento físico de um dos progenitores, Ângela Vieira alerta para a necessidade de promover "a relação de proximidade com o outro progenitor (...) através de contactos telefónicos mais regulares (inclusive videochamada)", indicando ainda existir a "possibilidade de os pais chegarem a um acordo quanto a uma compensação de dias de convívio após este período".

Os casos excepcionais, em que o afastamento pode ser necessário, são, segundo a jurista, vários: "Se um dos pais tiver recentemente feito alguma viagem a algum dos países particularmente afectado por esta pandemia; se não conseguir exercer a sua actividade a partir do domicílio, o que o coloca numa situação de maior exposição ao perigo de contaminação; se tiver contacto permanente com pessoas mais vulneráveis; ou então, por sua vez, se um deles tiver melhores condições, designadamente laborais, para acompanhar os filhos nesta fase."

Resumindo, diz Ângela Vieira, "deverá imperar o bom senso entre os pais, chegando-se a um entendimento quanto àquele que tem mais e melhores condições para ficar com as crianças neste período".

Em caso de esse entendimento não ser possível e se uma das partes decidir entrar em incumprimento, o mesmo "constitui uma instância incidental destinada à verificação de uma situação de incumprimento culposo/censurável de obrigações decorrentes do regime de responsabilidades parentais estabelecido." Ou seja, explica, "caberá aos tribunais, no contexto apurado, decidir se, naquele caso em concreto, é possível formular um juízo de censura relativo ao comportamento do progenitor que recuse a entrega, decidindo se o progenitor em causa incumpriu (ou não) voluntariamente o regime".

carla.ribeiro@publico.pt

ECONOMIA

A dança de cadeiras que embalou os advogados até chegar a crise

A música parou com a repentina crise epidémica que está a afectar a economia. Mas, nos últimos anos, os egos e o poder alimentaram uma intensa rotação entre os grandes escritórios de advogados

Direito
Cristina Ferreira

É voz corrente que o poder das grandes firmas de advocacia de negócios rivaliza com o ego de alguns dos seus sócios. O que não quer dizer que nos pequenos gabinetes não figurem igualmente advogados com a imagem aumentada de si próprios. E isto não tem necessariamente a ver com a idade ou com o estatuto de cada um. Para se ter uma vaga ideia de como alguns gostam de protagonismo, basta recuar às mediáticas assembleias gerais do BCP e da Portugal Telecom da primeira década do século, onde os artistas foram os advogados. Um certo perfil que explica o grau acelerado de mobilidade de um microsector em que, nos últimos cinco anos, dezenas e dezenas de advogados mudaram de cadeiras.

Nos últimos anos, a competição entre sociedades de advocacia especializadas nas grandes operações não tem sido apenas pela conquista de receitas milionárias. Também se tem revelado pela atracção de advogados que arrastam clientes e dão uma aparente notoriedade às instituições que os recrutam. O tempo mudou com a pandemia de covid-19. E a entrada numa fase de retracção da actividade, cheia de incertezas, está a levar ao congelamento de contratações de advogados e de estagiários e ao cancelamento dos projectos em curso. O que vai ter como efeito interromper, pelo menos até final do ano, a crónica instabilidade deste nicho de mercado, em que se praticam remunerações generosas ao nível de topo.

Quando as instituições ganham escala, há sempre quem ambicione mais poder e os que se sentem injustiçados. E é sempre difícil a um advogado que tem uma visão liberal e independente da profissão integrar-se num grande escritório, onde todos trabalham em função de "um bolo". Pelo que o PÚBLICO apurou, o que levou ao trânsito entre escritórios na década passada foram discordâncias na abordagem estratégica de escritório, uma falta de identificação com a cultura interna, questões de incompatibilidades pessoais entre sócios. E são as zangas no topo que predominam.

Rotação acelerada

A filial da sociedade espanhola Cuatrecasas, que em 2003 absorveu o escritório Gonçalves Pereira, Castelo Branco & Associados, foi protagonista de mais de 20 transferências. Como as fusões são sempre complicadas, foi igualmente palco de guerras intestinas. E, nos últimos cinco anos, saíram a conta-gotas dez sócios de capital.

O primeiro a deixar a casa, logo em 2011, foi um dos dois fundadores do escritório em Portugal, Manuel Castelo Branco. E a partir dali nunca mais houve paz. Seguiram-se as saídas de outros nove sócios de capital: Manuel Magalhães, André Luiz Gomes, Diogo Perestrelo, Paulo Rangel (para ser docente e eurodeputado), Miguel Esperança Pina, Rita Gouveia, José Freitas, António Vitorino (foi para a ONU), Diogo Horta Osório (foi para empresário). Resistiram os sócios de capital Maria João Ricou, a actual responsável, Luís Soares de Sousa, Duarte Abecassis, Gloria Leitão e Paulo Sá e Cunha.

No mesmo período, deixaram também a Cuatrecasas os sócios profissionais (não de capital) Filipe Avides Moreira, Mafalda Ferreira Santos, Leonor Chastre, Ruy Mayer, Diogo Leote, Rita Roque de Pinho, Ricardo Bordalo Junqueiro.

Castelo Branco foi trabalhar por conta própria, o que também fez Luiz Gomes e José Freitas (já aposentado). Esperança Pina e Rita Gouveia tornaram-se sócios da CMS Rui Pena & Arnault. Ricardo Junqueiro foi para a VdA, enquanto Perestrelo e Avides Moreira passaram para a PLMJ, de onde também saíram dezenas de advogados no mesmo período.

A crise económica em curso, provocada pela epidemia de covid-19 vai interromper, pelo menos até final do ano, a crónica instabilidade deste mercado, em que se praticam remunerações generosas ao nível dos advogados de topo

E com Manuel Magalhães desviou-se da Cuatrecasas todo o departamento bancário de advogados não-sócios que foi para a Sérvulo Correia, que também recebeu Mafalda Ferreira Santos. Já para a Miranda & Associados foi Diogo Leote.

Depois de uma fase de turbulência que começou com as saídas em contencioso de Gabriela Martins, de Dulce Franco, de José Jacome, de Vítor Neves, a PLMJ, com uma matriz portuguesa e diversificada, resistiu às crises internas. Mas agora só resta um sócio de capital da velha escola: Sáragga Leal. Já José Miguel Júdice saiu pelo seu pé, para se dedicar à arbitragem. Na primeira onda de rupturas, Gabriela Martins, Maria Castelos e Campos Ferreira juntaram-se ao gabinete Sá Carneiro.

Agora os novos rostos da PLMJ, Duarte Lins e Eduardo Nogueira Pinto, só falam em produtividade. E vários sócios abandonaram o escritório: Manuel Santos Vítor, Nuno Barnabé, Pedro Melo, João Medeiros, João Ramalho, Filipa Cansado Carvalho, Maria João Mata, Tomás Pessanha, José Ricardo Gonçalves (foi trabalhar por conta própria). Manuel Santos Vítor e Nuno Barnabé foram ambos para a Abreu, de onde já tinha saído Pedro Cardigos. Maria João Mata, Tomás Pessanha e Pedro Melo dirigiram-se para a Miranda & Associados, que recebeu a equipa da Invicta do escritório espanhol Garrigues.

Em 2019, a PLMJ respondeu à sangria indo buscar 18 novos advogados (incluindo sócios, associados coordenadores, associados seniores e associados) e 32 advogados estagiários. E foi angariar alguns, por exemplo, à Cuatrecasas (Perestrelo e Avides Moreira).

A MLGTS (Morais Leitão, Galvão

150

As três maiores firmas de advogados a trabalhar em Portugal contabilizaram, em 2017, receitas de mais de 150 milhões de euros

ENRIC VIVES RUBIO

Travão nos julgamentos já está a congelar a contratação de advogados e a cancelar projectos em curso

Teles, Soares Silva) tem estado aparentemente calma. Com o desaparecimento de João Soares da Silva, o tema das facções entre grupos, envolvendo o advogado mais graduado e o mais jovem, Nuno Galvão Teles, ficou para trás. E agora há sinais de tensão entre o líder do gabinete e Rui Patrício. Os sócios do Porto, Lobo Xavier e Osório de Castro, mandam bastante. Um é político, o outro advogado de desportistas. E não se metem em guerras. Entretanto, saiu Miguel Almada para a Cuatrecasas.

Do mesmo modo, também a VdA tem mostrado estabilidade, apesar das fusões e das integrações que promoveu sempre sem ruído (Magalhães Cardoso e Paulo Pinheiro/Mário Esteves de Oliveira/Jorge Bleck). Já este ano, para a VdA entrou João Medeiros (ex-PLMJ) e saiu Miguel Mendes Pereira, que transitou para a DLA Piper. E António Andrade, sócio de propriedade intelectual da VdA, que foi para a Abreu Associados.

Em 2015, o advogado Rui Amendoeira transitou para a VdA, com uma equipa de 30 advogados, todos provenientes do gabinete Agostinho Miranda. E com eles trouxeram os negócios em Angola, um deles da petrolífera Sonangol. Ora, transformar a moeda angolana, kwanzas, em dólares é difícil para todas as firmas e as polémicas acabaram a explodir na praça pública. E Amendoeira passou agora a consultor da VdA.

Facturação e reputação

Estruturas complexas e onerosas, com centenas de advogados graduados e bem remunerados, reflectiram-se nas rubricas de custos das firmas de advocacia de negócios, onde o que mais pesa são os encargos com vencimentos (50%), o imobiliário e as crescentes exigências de investimentos em segurança e informática. O que cria uma pressão constante para gerarem grandes rentabilidades, ou seja, para facturarem. E, muitas vezes, quando algumas começam a ver muitos dólares à frente abandonam os critérios de selecção de parceiros e de clientes. E assumem riscos reputacionais.

O tema de Angola estourou igualmente, e por outras razões, dentro da sucursal do gabinete espanhol Úria Menéndez. Na sequência do caso *Luanda Leaks*, Jorge Brito Pereira (ex-PLMJ), advogado de Isabel dos Santos, deixou a sociedade Uría Menéndez-Proença de Carvalho e informou que ia suspender a actividade por uns tempos. O tema africano teve outra vertente. No quadro do julgamento da chamada *Operação Fizz*, o ex-procurador Orlando Figueira, condenado a seis meses de cadeia, acusou de vários crimes, um deles de perjúrio, Daniel Proença de Carvalho, advogado de Manuel Vicente, ex-vice-presidente do BCP, e ex-vice-presidente de Angola. E o Ministério Público mandou recentemente investigar o causídico, que se afastou dos holofotes mediáticos.

cferreira@publico.pt

Um negócio com resultados milionários e de pouca transparência nas contas

Cristina Ferreira

Todos os anos, a maioria das sociedades especializadas na advocacia de negócios e contencioso deposita na Ordem dos Advogados as contas que, por sua vez, as mantém sob reserva, o que contribui para a percepção continuada de que há um sector importante da actividade económica pouco transparente (só as três maiores firmas contabilizaram, em 2017, receitas de 150 milhões de euros).

As três principais firmas deste ecossistema, a MLGTS, a VdA, e a PLMJ, mantiveram a prática habitual de não divulgar a sua facturação anual. A excepção foi a Abreu, que inclui as receitas nos relatórios de sustentabilidade: em 2017 facturou 24,6 milhões de euros, em 2018, 25 milhões. As contas de 2019 não estão fechadas.

"Pessoalmente, não vejo vantagem em manter a informação reservada, sobretudo numa era em que o mercado apela à transparência", defendeu Duarte Athayde, notando que a sociedade de que é *managing partner* "é pioneira" na divulgação de contas. E acredita que, se a iniciativa da Abreu fosse seguida pelos concorrentes, iria "valorizar todo o sector". Por isso, lamentou: "Infelizmente, estamos sozinhos, mas é este o caminho."

No Verão de 2018, a revista *Iberian Lawyer* construiu o ranking dos 20 maiores escritórios da Península Ibérica em 2017, liderado por três sociedades com filiais em Portugal: a Garrigues, a Cuatrecasas e a Úria Menéndez. Na lista figuram ainda três firmas portuguesas: a MLGTS, com receitas de 55 milhões de euros, a VdA, com 50 milhões, e a PLMJ, com 48,5 milhões de euros. Nenhuma das três confirmou os dados. Mas admite-se que, aplicando as taxas de crescimento anual que nos corredores alegam ter registado, acima dos 10%, em 2019 a facturação conjunta da MLGT, VdA, PLMJ se tenha aproximado dos 200 milhões de euros.

No entanto, as informações recolhidas pela *Iberian Lawyer* devem ser interpretadas com cautela. Como não há convergência de critérios no provisionamento, a margem de manobra para cada firma trabalhar os seus números, à medida do que convém, é grande, o que distorce qualquer análise: umas constituem provisões ao fim de seis meses de o cliente deixar de pagar, outras deixam passar um ano até considerarem o contrato em situação de "incumprimento" e outras só dão as receitas por perdidas ao fim de mais anos. E enquanto persistirem em não divulgar os seus números, na íntegra, a opacidade mantém-se. Todos se dizem, porém, muito interessados em mudar o quadro, mas não dão o passo.

"Não há vantagem especial em manter [as contas] sob reserva, mas a iniciativa deverá partir da lei, indicando critérios uniformes de divulgação", defende Nuno Galvão Teles, da MLGTS, para quem "essa transparência, balizada pela lei e não por outros quaisquer critérios, serviria para limitar especulações – e, tantas vezes, acusações – infundadas."

Já Luís Pais Antunes, da PLMJ, frisa "que a prática actual [de não reporte das contas] se deve mais a razões culturais do que de substância", e defende que qualquer mudança "deve ser feita numa lógica intra-sectorial" e desde "que todos adoptem os mesmos procedimentos e critérios".

E Vieira de Almeida diz-se "pronto" a fazê-lo "desde que tal não ponha em causa – como não tem que pôr – o sigilo profissional, e a prática seja generalizada, numa base voluntária ou não". A medida ajudará a "credibilizar o sector" e acaba com "preconceitos, estereótipos e muita ignorância acerca do que são as sociedades de advogados." A condição é que se "estabeleçam, claramente, os critérios a adoptar uniformemente".

"A não-divulgação [de contas] pode ter razões históricas, alguma conexão com o segredo profissional, pois, nalguns casos, poderia chegar-se à conclusão de quanto se cobrou numa determinada operação ou assunto", explica Luís Cortes Martins, da SLCM: "Mas esta é uma questão sucessivamente repetida e discutida." Cortes Martins nota que a SLCM, "e creio que a maioria das sociedades de advogados, deposita anualmente as contas na Ordem dos Advogados, que as mantém reservadas"

"Mas tirando a bisbilhotice, que é o desporto favorito nacional, não vejo grande vantagem nesta divulgação. Mas tenho uma postura aberta: se a regulamentação mudar e todos cumprirem, fá-lo-emos sem qualquer problema. Mas creio que há questões mais importantes no mundo da advocacia", conclui.

cferreira@publico.pt

RUI GAUDÊNCIO

Sociedades de advogados entregam as suas contas à Ordem

MUNDO

Governo polaco muda lei eleitoral a um mês das presidenciais

Partido Lei e Justiça usou pacote económico contra efeitos do coronavírus para, sem aviso, introduzir o voto por correspondência para as eleições de 10 de Maio. A lei viola a Constituição, diz juiz

Democracia
Ricardo Cabral Fernandes

REUTERS

Jaroslaw Kaczynski , o líder do partidodo Governo, e o primeiro-ministro, Mateusz Morawiecki, no Parlamento

Sem aviso e à última hora, o nacionalista Partido Lei e Justiça (PiS) polaco introduziu e fez aprovar no Parlamento, ontem, o voto por correspondência num pacote económico para combater os efeitos da pandemia de coronavírus. Fê-lo para evitar que as presidenciais de 10 de Maio sejam adiadas. Um antigo presidente do Tribunal Constitucional já disse que a decisão vai contra a Constituição.

A oposição tem apelado recorrentemente a favor do adiamento das eleições, por as urnas e as filas nas mesas de voto poderem ser focos de contágio e as restrições à circulação impedirem uma campanha justa. Mas o PiS recusou e, para afastar de vez a ideia, introduziu, durante a noite de sexta-feira, o voto por correspondência na lei do pacote económico para mitigar os efeitos da pandemia.

"Após várias semanas de ataques por as eleições porem em perigo os cidadãos mais velhos e a dizer que a quarentena não permitiria o voto, claro, a oposição ataca agora a emenda", escreveu no Twitter o deputado do PiS Marcin Horala.

"O PiS quer, a todo o custo, preparar-se para as eleições de 10 de Maio. São 2h e eles querem mudar a lei eleitoral...", denunciou, na madrugada deste sábado, Boris Budak, líder da Plataforma Cívica, o maior partido da oposição.

A braços com a pandemia de coronavírus, o Governo polaco, liderado por Mateusz Morawiecki, tem-se recusado a decretar o estado de emergência, apesar de ter imposto a quarentena obrigatória. Se o fizesse, as presidenciais teriam de ser adiadas por vários meses. A Constituição polaca dita que, uma vez decretado o estado de emergência, não pode haver eleições nos três meses seguintes a contar do último dia em que o estado de excepção esteve em vigor.

"O estado de emergência, se instaurado por um período mínimo de 30 dias, iria tornar impossíveis as eleições de Maio", escreveu num artigo de opinião, no *EUObserver,* Martin Mycielski, antigo jornalista e actual director de Relações Públicas da Fundação Open Dialogue.

Plano a curto prazo

Em 2006, o Tribunal Constitucional polaco deliberou que a lei eleitoral não podia ser alterada seis meses antes de eleições "Esta jogada vai completamente contra a Constituição e a lei", disse Andrzej Zoll, ex-presidente do Tribunal Constitucional, ao *The Guardian*. "É preciso sublinhar: não pode haver mudanças seis meses antes de eleições".

Apanhados de surpresa e com o pacote económico em jogo, os deputados da Plataforma Cívica aprovaram a lei, rejeitando, no entanto, a alínea do voto por correspondência. Mas o novo modelo de voto foi aprovado pelo PiS, que tem a maioria.

As sondagens, diz o *Político*, avançam que o actual Presidente e aliado do PiS, Andrzej Duda, deve vencer as presidenciais logo na primeira volta com maioria absoluta. Mas o fraco desempenho do Governo na gestão da crise e o risco de se aprofundar podem ter consequências para Duda se a ida às urnas for adiada."Em Maio, o PiS pode ganhar com grande apoio ao seu candidato e com uma participação muito baixa, mas os efeitos da fraca gestão da crise ver-se-ão muito depressa e no Outono o seu candidato pode não ganhar", disse ao *The Guardian* Anna Materska-Sosnowska, politóloga da Universidade de Varsóvia. O chefe de Estado tem o direito de vetar leis e o executivo do PiS entrará depressa em rota de colisão com a presidência.

À semelhança do que o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, tem feito no seu país, também na Polónia o PiS é acusado de ameaçar a separação de poderes com uma reforma judicial que forçou a aposentação de um terço dos juízes do Supremo Tribunal, substituindo-os por juízes próximos do partido. A imprensa é cada vez mais controlada. Tem havido um cenário de fusão do partido do Governo com o aparelho de Estado.

O pacote económico aprovado é uma mistura de investimento público e de aumento da liquidez na ordem dos 212 mil milhões de zlotys (46 mil milhões de euros), desenhado para proteger os trabalhadores e as empresas das consequências económicas da pandemia, diz a Reuters. O Governo vai garantir 40% dos salários dos trabalhadores, aliviando os custos da crise para as empresas, e pagar 80% do salário dos trabalhadores por conta própria. Os pagamentos à segurança social e créditos a bancos também serão suspensos para as empresas.

Mas há quem acuse o executivo de ter soluções só para o futuro próximo. "É difícil não ficar com a impressão de que o Governo assume que a crise económica vai terminar depois das férias da Páscoa", disse Marek Goliszewski, presidente do Business Center Club, citado pela Deutsche Welle.

ricardo.fernandes@publico.pt

As dores de viver e construir em comum, na BD de Gonçalo Duarte

Livro de estreia de Gonçalo Duarte, *Parícutin* fala-nos das dificuldades e dilemas do que é edificar projectos em conjunto, casas que todos possamos partilhar. Contra o desencanto

Banda desenhada
José Marmeleira

Um homem vê-se confrontado com a erupção de um vulcão. Um cenário infernal cuja razão não entende. Outro homem, dir-se-ia mais uma criatura humanóide, quer construir uma casa. Frustrado, reconhecerá o falhanço da empreitada e aquela acaba por ser destruída. É deste universo, estranho, mas não totalmente insólito, que é feito *Parícutin*, banda desenhada de Gonçalo Duarte (Setúbal, 1990).

Obra em que o fantástico permite falar de realidades e experiências muito humanas: viver em conjunto, habitar uma casa comum, partilhar o mesmo mundo. Desde já, importa sublinhar que esta BD não é das mais convencionais. Heterogéneo, irrequieto, o desenho flui numa diversidade de registos gráficos e narrativos, por vezes desconcertante. Há experimentação, composição, gosto pela capacidade expressiva da banda desenhada, mas, também, uma sensibilidade à vida difícil de todos os dias.

Depois de vários anos na produção de fanzines e na colaboração em antologias de banda desenhada, *Parícutin*, numa edição da Chili com Carne, é o livro de estreia de Gonçalo Duarte. "Demorei seis meses a fazê-lo", recorda o autor. "Houve interrupções, pausas. Por isso, também, cada capítulo corresponde a um registo. Enquanto desenhava, ia fazendo outras coisas, como ilustração, design gráfico. Há coisas dessas actividades que ia trazendo [para *Parícutin*]. Técnicas, como a tinta-da-china, imagens como a da capa, que veio de um trabalho de ilustração".

O lugar de Gonçalo Duarte é, em termos estéticos, indefinível. Situa-se algures na confluência de artes, entre universos. Próximo do circuito dos fanzines, participou nas antologias *Destruição ou BDs sobre como foi horrível viver entre 2001 e 2010, Futuro Primitivo, Viagem de Estudo ao Milhões 2017* e *Pentângulo*. É guitarrista nas bandas portuenses *Equations* e *Live Low* (com discos editados pela Lovers & Lollypops) e dirige uma oficina de gravura.

Vulcão em erupção

Banda desenhada, música, gravura, desenho. É naquilo que liga estas artes (uma vibração!) que entrevemos uma entrada possível em *Parícutin*, que abre com a erupção do homónimo vulcão em 1943, no México. Um homem foge da lava, das cinzas e do fumo que, do nada, destroem os seus campos de milho e afugentam a sua família. Sobre o papel, a grafite traça o avanço negro da lava, num estilo quase realista que não mais voltará.

"Esse capítulo funciona como uma introdução", conta Gonçalo Duarte. "Inspirei-me muito em registos fotográficos da erupção, mas, depois, não tive grandes preocupações anatómicas na representação das figuras. Queria que fosse divertido desenhar. Há personagens que são feitas de riscos, linhas. Mais do que desenhá-las detalhadamente, quis exprimir ideias." Que ideias? Ao fim de várias leituras, elas vão emergindo: as de bem, de casa e vida comum, de partilha, de construção, de comunidade. "Quis fazer um paralelismo entre a erupção e a construção de um prédio a que fui assistindo todos os dias", explica. "Esteve a ser construído diante da minha casa. Via-o todos os dias, assim que acordava. O assentar de tijolo, o colocar do cimento."

O processo despertou-o para uma hipótese. "Fiquei a pensar... Talvez não fosse uma coisa tão difícil de fazer. Uma experiência menos longínqua do que à partida supunha. Sempre estive ligado a colectivos e a associações, e quis explorar a ideia trabalhar para o mesmo fim, para um bem comum"-

Em *Parícutin*, uma personagem (sem nome) persegue esse horizonte na construção de um prédio que pode ser usado por várias pessoas e de várias maneiras. O sonho é o de fazê-lo juntos, construindo uma casa, a nossa própria casa. Mas aos poucos os mal-entendidos, a desilusão e o tédio vão-se instalando. Só há uma chave para a porta daquela construção e a ideia de comunidade recua para a solidão do individual.

A BD de Gonçalo Duarte (na fotografia, à esquerda) não é das mais convencionais. Heterogéneo, irrequieto, o desenho flui numa diversidade de registos gráficos e narrativos, por vezes desconcertante. E o livro é a sua experiência de trabalho em comunidade, "que nunca é fácil"

"Há outro lado da moeda nessa utopia", medita o autor. "Não é fácil liderar ou guiar um colectivo, colocar 20 pessoas de acordo. Surgem dificuldades com as quais não conseguimos lidar. Este livro acaba por ser um reflexo da minha experiência de trabalhar com as pessoas. Na teoria, gosto muito dessa ideia, da possibilidade fazermos coisas juntos. Mas na vida concreta, essa utopia está sempre ameaçada pela desilusão".

Trabalhar com os outros

As páginas finais sugerem o falhanço irredutível desse projecto. A casa é inundada pelo fumo negro da tinta, incendeia-se entre culpas e acusações. Diante de tal cenário, ainda há alguém que se interrogue, com sarcasmo: "Mas a paisagem ficou bonita, não achas?". O que sobra é uma torre isolada de onde saem chamas, relâmpagos. "Trabalhar em conjunto não significa um desfecho positivo. Trabalhar em colectivo não é fácil, nunca é fácil", conclui o autor.

Voltamos às páginas finais, com o negro a tornar-se fundo, já sem figuras ou personagens. Gonçalo Duarte insiste que não se trata de uma ideia apocalíptica ou pessimista, que o livro apenas transfigura experiências passadas, mas que, acrescentaríamos, continuam pertinentes e vivas. Daí, o significado da permanência do seu trabalho com os outros.

"Continuo a tocar música com os Equations e os Low Life e a acompanhar o trabalho do Brian Chippendale [autor de BD, baterista dos Lightning Bolt que já trabalho com Bjork], do Raymond Pettibon [artista que fez a capa dos disco *Goo*, dos Sonic Youth, e *One By One* dos Foo Fighters] e do Francisco Sousa Lobo e do Pedro Burgos [autores portugueses]. São influências, como são as capas de muitos discos." É precisamente com estas influências que Gonçalo Duarte também vai construindo a sua comunidade, habitando com ela o mesmo mundo, e participando, com as suas fábulas desenhadas, no bem comum. E àquela personagem que diz que estão reunidas as condições para que tudo corra mal, haverá outra que, páginas à frente, pode responder: "Eu vou estar cá todos os dias. Estás à vontade para aparecer."

CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DO PORTO, E.P.E.

Procedimento Concursal Comum

Pediatria (m/f)

Torna-se público que, pelo aviso n.º 5001-A/2020, publicado no *Diário da República*, no suplemento da 2.ª Série, n.º 59, de 24 de março, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, contados do dia seguinte à data da publicação do aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho para constituição de uma relação jurídica de emprego privado a termo resolutivo incerto, para a carreira médica hospitalar, categoria Assistente, especialidade de Pediatria.

Porto, 26 de março de 2020

A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos,
Ilda Maria Correia de Magalhães

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril - Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal - Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL - Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim - Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Núcleo de Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro - Complexo Social da Quinta da Moita - Oliveirinha, 3810 Aveiro - Tel. 23 494 04 80 - E-mail: geral.aveiro@alzheimeportugal.org

O Saca-Rolhas está de volta para celebrar o bom da vida. Com uvas provenientes da propriedade da Cismeira, localizada em Vilarouco, o Cismeira Douro Reserva 2016 apresenta uma harmonia perfeita entre a Touriga Nacional e a Touriga Franca fazendo deste vinho um verdadeiro clássico do Douro. Encontrará notas de frutos pretos e esteva, resultantes da Touriga Franca, que se juntam ao floral e aos frutos silvestres vindos da Touriga Nacional.

Touriga Nacional (60%)
Touriga Franca (40%)
Servir entre 16˚-18˚C

Pretende receber o seu vinho em casa?
Encomende online em loja.publico.pt, ou através de coleccoes@publico.pt e 808 200 095/ 210 111 020
Quer saber quais os pontos de venda activos na sua área de residência?
Ligue para 808 200 095/ 210 1 11 020

Limitado ao stock existente. É proibida a venda de álcool a menores de 16 anos. Seja responsável, beba com moderação.

DESPORTO

UEFA admite terminar a época actual no início da próxima

Presidente do organismo coloca três cenários sobre a mesa de discussão, sempre tendo em vista a conclusão dos calendários. Ceferin refere-se ao adiamento do Euro 2020 como "um enorme sacrifício"

Futebol
Nuno Sousa

A UEFA já detalhou os planos que tem na manga para retomar as competições de futebol em 2020, depois da suspensão imposta pela pandemia de covid-19 que varre a Europa. O organismo que rege o futebol europeu ainda não tinha abordado as possibilidades em estudo, remetendo essa análise para mais tarde, mas o seu presidente, Aleksander Ceferin, já levantou a ponta do véu.

"A temporada pode recomeçar em meados de Maio, em Junho ou fim de Junho. Existe, até, uma proposta para terminar esta época no início da próxima, que começaria mais tarde", elencou Ceferin, em entrevista ao jornal italiano *La Repubblica*, apesar de alertar que, "sem se saber quando a pandemia vai terminar, não pode haver um plano final".

É justamente por força desse clima de indefinição que são vários os cenários em cima da mesa, tendo como denominador comum (pelo menos, para já) a conclusão das temporadas. Isto porque já há várias competições de diferentes modalidades a decretar o final antecipado da época (o campeonato italiano de râguebi, as Ligas russa e japonesa de basquetebol, os escalões de formação do futebol português), algo que o dirigente da UEFA coloca, por enquanto, de parte.

"Dependendo de como evoluir a pandemia, temos diferentes planos de acção. Mas, de momento, há que aguardar, como todos os outros sectores", explicou, garantindo estar em permanente contacto com o presidente da FIFA, Gianni Infantino.

Aleksander Ceferin admite, caso a competição seja retomada, ajustar o calendário da Champions e da Liga Europa, nem que tenham que disputar-se nas mesmas datas, defendendo a possibilidade de concluir os campeonatos à porta fechada, mesmo que não conceba uma final da Liga dos Campeões sem público. Seja qual for o cenário, adverte para a necessidade de um pequeno período de readaptação, lembrando que não se poderá "obrigar os futebolistas a competirem mal termine o período de quarentena".

YVES HERMAN/REUTERS

Ceferin: "Dependendo de como evoluir a pandemia, temos diferentes planos de acção"

Recorde-se que a UEFA já decidiu adiar o Euro 2020 para 2021 e tem as suas competições suspensas, como é o caso da Liga dos Campeões e da Liga Europa. Mas houve vários agentes, desde treinadores a jogadores, a rotularem como tardia a decisão de interromper as competições europeias, depois de se terem disputado já alguma partidas sem público nas bancadas. Pegando num exemplo em concreto, Ceferin defendeu-se: "As decisões não podem tomar-se num dia. Há contratos, acordos. Quando se jogou o Valência-Atalanta, as fronteiras estavam abertas e no dia do jogo houve 5000 adeptos à porta do estádio. No dia 19 de Fevereiro ninguém sabia que o centro da epidemia era a Lombardia", explicou, garantindo que foram cumpridas "em toda a linha" as recomendações das autoridades de saúde.

Para além do reajustamento dos calendários, há muitas outras questões pendentes. E depois de a FIFA ter preparado um documento com propostas para minimizar o impacto da pandemia nos contratos laborais e no mercado de transferências, Aleksander Ceferin também deixou algumas notas sobre o tema.

"Não temos jurisdição sobre os contratos nem sobre o mercado de transferências. Deveria criar-se uma nova base de partida. Também não achamos que sejam necessárias novas competições de clubes, o calendário está cheio", fez notar, acrescentando que a Liga das Nações – a prova mais recente da agenda fo futebol – "não irá mudar".

E se o adiamento do Campeonato da Europa (pela primeira vez em formato descentralizado) é descrito pelo dirigente esloveno como "um enorme sacrifício", mas também como uma demonstração de "grande unidade e solidariedade" dos representantes do futebol europeu, vai ser necessário o mesmo espírito construtivo para enfrentar os próximos meses. "Há três planos para o futebol, mas nada voltará a ser como antes".

nsousa@publico.pt

Breves

Futebol

Sp. Braga garante que não haverá cortes nos salários

O defesa-central Rolando revelou ontem que o presidente do Sporting de Braga, António Salvador, garantiu ao plantel que vai manter os mesmos salários até ao final da temporada. "Tivemos uma reunião com o presidente, que nos disse que vai continuar tudo na mesma. O Sp. Braga tinha a época planeada e não vai mexer em nada. Isso é de louvar", afirmou em videoconferência com a comunicação social, numa altura em que muitos clubes pelo mundo fora tentam reduzir a massa salarial durante este período de paragem forçada. "Temos que estar agradecidos por termos o presidente, o clube e a estrutura que temos", aduziu.

Tóquio 2020

Custos do adiamento dos Jogos serão um "desafio tremendo"

O presidente do Comité Organizador dos Jogos Olímpicos de Tóquio afirmou ontem que encontrar uma forma de custear o adiamento do evento para 2021 será "um desafio tremendo". Yoshiro Mori terá já transmitido essa preocupação às 33 federações internacionais que fazem parte do calendário olímpico: "O custo acrescido que resulta deste adiamento é inevitável". O Japão já investiu cerca de 12 mil milhões de dólares na preparação do evento e o presidente do Comité Olímpico Internacional (COI), Thomas Bach, já assumiu que os números vão subir ainda mais. "Decidir quem vai assumir mais estes custos e de que forma é que vamos fazê-lo será um desafio tremendo", acrescentou Yoshiro Mori.

A pré-temporada para completar a temporada será tudo menos normal

Futebol
Marco Vaza

Há duas perguntas difíceis no futebol que se colocam em tempos de pandemia: quando vai regressar e como vai regressar

ANDREW BOYERS/REUTERS

Atletas vão precisar de um novo período, mesmo que mais curto, de adaptação à competição

Pré-época, competição e férias. É esta a rotina a que estamos habituados no futebol, um ciclo que se repete todas as temporadas. Mas a covid-19 deu cabo de tudo o que era habitual. O futebol foi uma das muitas coisas interrompidas – em Portugal, há cerca de duas semanas – e que não tem data para voltar. Treinadores e jogadores vão trabalhando em função desse regresso, com um plano, mas sem um prazo. E com o objectivo de manter o estado de prontidão em níveis altos para poder responder quando o futebol (e o resto do mundo) puder sair de casa. Há coisas que se podem manter, mas há outras que se vão perder e esse regresso à competição não será imediato.

Os jornais e as redes sociais estão cheios de testemunhos de como o futebol também entrou em teletrabalho, mas qualquer jogador ou treinador dirá que não é a mesma coisa e que não chega para poderem logo ir a jogo. "Tudo o que se possa dizer é fazer futurologia", afrma ao PÚBLICO o fisiologista José Soares. "Depende muito do que irá acontecer. Se começassem por uma semana ou duas, é uma coisa, mas é impossível. Até tenho algumas dúvidas que recomece em Junho. Acho que irá haver uma nova época", sustenta o antigo fisiologista do Boavista e da selecção portuguesa.

Muito depende da forma como "forem estruturadas as rotinas nesta nova realidade", observa, por seu lado, Duarte Araújo, professor de Performance Desportiva da Faculdade de Motricidade Humana (FMH). "Quanto mais o dia-a-dia for preenchido, incluindo os treinos, cuidados na alimentação e sono, tudo isto ajuda os futebolistas a estarem focados e a manterem a sua confiança e motivação para o processo que há-de vir, que é o regresso. Disto pode depender a capacidade de um futebolista poder regressar, não só do ponto de vista físico,

> **O que se paga mais caro neste caso é a resistência aeróbia, mas também é recuperada com alguma rapidez"**
>
> **José Soares**
> Fisiologista

mas do ponto de vista mental", acrescenta o académico da FMH. "Quanto mais se for neste sentido, mais o atleta vai estar pronto. Mas o treino não poderá ser logo igual ao que era antes da interrupção", acrescenta.

"Há um impacto fisiológico"

Disciplina nesta nova realidade exige-se, mas, mesmo que se cumpra à risca toda a rotina de treinos e cuidados, nada é comparável ao trabalho diário realizado nos clubes.

"Podemos treinar no duro, mas nada se pode comparar ao ritmo de treinar ao mais alto nível", considera o avançado Pedro Rodríguez em declarações reproduzidas pelo *site* do seu clube, o Chelsea. "Não sabemos que impacto é que isto tem. Já estamos separados há muitos dias. Vai ser muito difícil estar em condições para jogar. Acredito que haverá uma pequena pré-época", acrescenta o internacional espanhol.

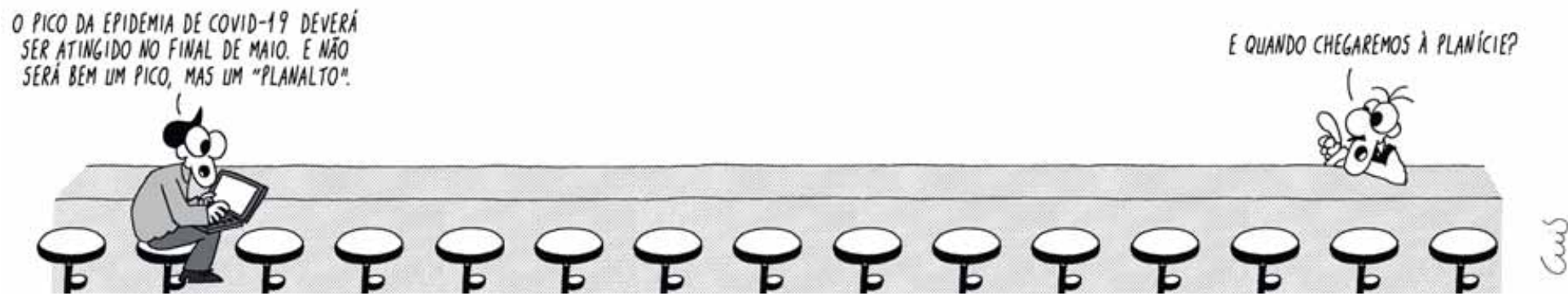
O que os atletas vão fazendo nesta nova rotina dá para manter a forma, mas há coisas que se perdem. "Os aspectos do condicionamento físico até podem ser atingidos, mas a parte técnico-táctica não pode ser treinada", sugere Duarte Araújo. "Há um impacto fisiológico. O que se paga mais caro nestas circunstâncias é a resistência aeróbia [que requer a presença de oxigénio], mas também é recuperada com alguma rapidez", refere, por seu lado, José Soares. Mas, repete o fisiologista, projectar o que quer que seja nestas circunstâncias é fazer "futurologia".

"É falar sem ponto de referência. Mesmo agora, se isto demorasse mais duas semanas, imagino que eles teriam de fazer uma minipré-época. Mas isso é verdadeiramente impensável. O mais realista é começar uma nova época desportiva. Há tantos cenários possíveis… Tudo depende do tempo que isto vai parar. Mas vai ser sempre uma coisa diferente de uma pré-época normal. Pode haver aqui uma fase intermédia em que os jogadores podem ir para o campo, separados em grupos de quatro ou cinco… Isto já não será uma pré-época normal", perspectiva José Soares.

A "novidade" de tudo isto também é um aspecto destacado por Duarte Araújo. "Como esta situação é tudo menos habitual, é provável que os atletas lidem com isto de forma menos habitual. Sabem lidar com as férias, mas não sabem lidar com isto. É a primeira vez que isto acontece e pode haver uma grande heterogeneidade entre os atletas", perspectiva.

É por isso, acrescenta, que o regresso não pode ser apressado: "Independentemente do momento em que isso acontecer, pelo menos uns 15 dias até os atletas entrarem no ritmo normal, uma espécie de pré-época, um tempo de adaptação. Mais curto, mas necessário."

mvaza@publico.pt

BARTOON LUÍS AFONSO

A ESQUINA DO MUNDO

O outro (terrível) vírus do coronavírus

Vicente Jorge Silva

Ninguém sabe ao certo como e quando terminará a pandemia da covid-19. Mas muito menos se sabe sobre o mundo emergente desta crise sanitária que, com excepção da Antárctida, atinge já todos os continentes. Apenas sabemos que será, quase de certeza, um mundo muito diferente daquele que conhecemos – e receia-se que bastante pior, se não tivermos aprendido com as múltiplas lições desta experiência assustadora. Mais concretamente: corremos o risco de ser contaminados por um outro vírus terrível, mais terrível ainda do que este coronavírus.

A lição que hoje parece mais relevante à escala global tem a ver com a forma como o país onde a pandemia começou, a China, passou de responsável pela ocultação prolongada do vírus – e, logo, pelos efeitos da sua expansão vertiginosa através do mundo – ao estatuto de providencial agente da solidariedade internacional, nomeadamente em relação ao primeiro país europeu atingido em cheio pela covid-19: a Itália. O mesmo país, note-se, a que a União Europeia não foi capaz de prestar ajuda nas tão dramáticas horas iniciais do surto epidémico, num gesto revelador do que depois iria passar-se em relação aos *eurobonds*. Este instrumento financeiro considerado indispensável por um grupo de países, entre os quais Portugal, para enfrentar as tremendas repercussões económicas e sociais da crise, seria inicialmente rejeitado pelos habituais vigilantes da ortodoxia eurocrática, definitivamente incapazes de apreender a dimensão única da tempestade que estamos a atravessar.

Entretanto, à imagem da desunião europeia, os estados desunidos da América expuseram-se também ao vírus importado inicialmente da China. E a forma alarve e xenófoba como Trump começou por referir-se ao "vírus chinês" acabou por favorecer o alvo da provocação. Não só porque a retórica antichinesa era contraproducente – e foi, de resto, criticada por aliados de Trump – mas porque lhe faltava o essencial: a informação e a pedagogia necessárias para denunciar o regime autocrático chinês como responsável original pela ocultação prolongada da epidemia e a reacção tardia à sua expansão. Em vez disso, a China pôde reaparecer em pose virtuosa, controlando aparentemente a situação interna e predispondo-se a ajudar outros países infectados, enquanto os Estados Unidos não só persistiam na sua postura de costas voltadas para o resto do mundo como, além disso, mostravam uma dramática incapacidade de gerir a calamidade sanitária nacional – incapacidade devida notoriamente à cegueira e falta de liderança de Trump, em ruptura com grande parte dos governadores estatais. Não por acaso, situação idêntica iria reproduzir-se, de forma ainda mais grotesca, no Brasil, com o "cafajeste" Bolsonaro também em guerra com os governadores dos estados, enquanto aparecia em público envergando a máscara de protecção quase em simultâneo com os seus anúncios cépticos de suspensão da emergência.

Se tantas democracias parecem mostrar-se aflitas, desesperadas e caóticas perante o desafio da covid-19, a tentação pode ser forte para legitimar a maior resiliência dos Estados autoritários perante uma crise desta natureza (ou outras que venham a seguir-se), nomeadamente o mais poderoso deles todos – e onde, afinal, tudo começou. Ora isto será tanto mais verdadeiro quanto mais se manifestarem as fragilidades e renúncias do espaço democrático – desde os Estados Unidos à União Europeia – na ocupação do vazio que ameaça instalar-se.

António Costa foi justamente elogiado por ter considerado "repugnante" a forma como o ministro das Finanças holandês pretendeu culpabilizar a Espanha "por não ter margem orçamental para lidar com a crise provocada pelo novo coronavírus". Infelizmente, essa atitude não é apenas repugnante, mas suicidária. É consequência de um vírus que ameaça ser bem mais letal do que a covid-19 que infectou Boris Johnson e, eventualmente, o seu "Brexit". É o vírus da inconsciência, da irresponsabilidade, da estupidez e da cegueira que ataca o coração da democracia. Os testes iniciais da Europa e da América foram positivos.

Jornalista

Ex-deputado Miranda Calha morreu aos 72 anos

Partido Socialista

Júlio Miranda Calha, antigo secretário de Estado do Desporto e da Defesa e deputado do PS durante mais de quatro décadas, morreu ontem, aos 72 anos. Nascido em 1947 em Portalegre, professor de profissão e licenciado em Letras, foi deputado desde 1975 até à última legislatura, entre 2015 e 2019.

"O PS rende homenagem à memória de Júlio Miranda Calha, que dedicou toda a sua vida à construção e consolidação do Estado democrático", referiu o primeiro-ministro, António Costa, numa nota enviada à agência Lusa. Também o presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, rendeu homenagem ao percurso político de Miranda Calha, considerando que "serviu, como poucos, a causa pública".

Além das pastas do Desporto (num Governo de Mário Soares) e da Defesa (com José Sócrates), Miranda Calha foi também secretário de Estado da Administração Regional e Local e governador civil de Portalegre. Foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito, tendo ainda sido distinguido como grande oficial da Ordem do Infante.

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Totoloto 13 25 26 36 49 6 **1.º Prémio** 1.100.000€

Contribuinte n.º 502265094 | **Depósito legal n.º 45458/91** | **Registo ERC n.º 114410** | **Conselho de Administração** - **Presidente:** Ângelo Paupério **Vogais:** Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral **E-mail** publico@publico.pt **Estatuto Editorial** publico.pt/nos/estatuto-editorial **Lisboa** Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.:210111000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 210111015; Dir. Editorial 210111006; Redacção 210111008; Publicidade 210111013/210111014 **Porto** Rua Júlio Dinis, n.º270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 **Madeira** Telef.: 963388260 e/ou 291639102 **Proprietário** PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia. Capital Social €4.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. **Impressão** Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Telef.: 227537030; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa senhora da Conceição, nº. 50- Morelena – 2715-029 Pêro Pinheiro Telf.: 219677450 **Distribuição** VASP – Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Agualva Cacém, Telef.: 214 337 000 Fax : 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt **Assinaturas** 808200095 Tiragem média total de Fevereiro **29.052 exemplares Membro da APCT**